

FLUXOS FINANCEIROS PARA A **PECUÁRIA** NA **AMAZÔNIA** **LEGAL**



FLUXOS
FINANCEIROS
**PARA A PECUÁRIA
NA AMAZÔNIA
LEGAL**

Fluxos financeiros para a pecuária na Amazônia Legal

Coordenadora editorial

Daniel Silva, Marcelo Stabile, Gabriela Savian (IPAM);
Fernando Mathias Baptista (RFN)

Mapas

Daniel Silva

Edição e revisão

Maura Campanili e Karinna Matozinhos

Projeto gráfico e diagramação

Gueldon Brito

Fotos da capa

Daniel Silva / IPAM (gado)

Citação:

IPAM. Fluxos financeiros para a pecuária na Amazônia Legal. Coordenação: SILVA, Daniel; STABILE, Marcelo C. C.; SAVIAN, Gabriela. IPAM, Brasília DF, 2019.”

Brasília, junho de 2019

Coordenação



Contribuições



Apoio



Índice

Introdução /07/

1. Fluxo e condições para o financiamento da produção na Amazônia /09/

1.1. Crédito oficial e instrumentos financeiros 11

2. Estrutura da cadeia da pecuária e acordos públicos /15/

2.1. Estrutura da cadeia da pecuária 15

2.2. Acordos de cadeia e compromissos das empresas 17

3. Financiamento da pecuária /19/

3.1. Áreas prioritárias para a pecuária 20

3.1.1. Crédito na Região Prioritária 3 22

3.1.2. Crédito na Região Prioritária 4 30

3.2. Perfil dos pecuaristas 39

3.2.1. Perfil dos produtores na Região Prioritária 3 39

3.2.2. Perfil dos produtores na Região Prioritária 4 45

4. Crédito e risco de desmatamento /51/

5. Recomendações /55/

5.1. Redesenhar os subsídios e o financiamento 55

5.2. Dar escala aos instrumentos privados 56

5.3. Ampliar os mecanismos inovadores 56

5.4. Recomendações na cadeia da pecuária 57

6. Referências /59/

Anexo I – Lista de municípios das regiões prioritárias /65/

Anexo II – Perfil das instituições financeiras /66/

Anexo III – Perfil das principais empresas do setor /77/

Anexo IV – Metodologia de estimativa dos fluxos financeiros e perfil dos estados /81/

Introdução

O crédito rural é o principal financiador da agropecuária brasileira e é fundamental na transição para o uso sustentável da terra, mas, na Amazônia, é usado principalmente para atividades e práticas convencionais, associadas ao desmatamento (Silva, 2009; Prates, 2008; Andersen, 1996; Barreto, 2013). Concomitantemente, nas últimas duas décadas houve crescentes pressões contra crimes ambientais e regulação de atividades diretamente ligadas a impactos sobre florestas. Nesse contexto, as ações de fiscalização e estudos repercutiram também no setor financeiro.

Desde 2014, o Banco Central (Bacen) solicita aos bancos uma avaliação dos riscos socioambientais ligados aos financiamentos públicos (Resolução 4.327/2014) e, desde então, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) tem trabalhado para implementar e monitorar esse tipo de risco, em alinhamento com o *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD).

Alguns estudos estimam que o efeito dessas exigências bancárias contribuiu para a redução do desmatamento em 15% nesse período (Assunção *et al*, 2013). Os autores calcularam que R\$ 2,9 bilhões em crédito deixaram de ser concedidos entre 2008 e 2011 em consequência de novas regras. Isso demonstra que os ajustes no crédito rural contribuem para a conservação ambiental, ao mesmo tempo que apoiam a produção agropecuária. Assim, entender como o crédito está sendo aplicado é vital para que se possa fomentar uma cadeia sustentável, além de responder a novas demandas do mercado consumidor e apoiar a implementação das exigências do setor financeiro. **7**

A dinâmica do crédito tem mudado recentemente e é preciso atualizar a compreensão da sua relação com o desmatamento e seus diferentes contextos antes de propor ajustes nas linhas de crédito. Por exemplo, desde a safra de 2016, o crédito para agricultura (especialmente soja) superou o crédito para pecuária; pequenos e médios produtores têm diferentes relações e condições produtivas para financiamento.

O objetivo deste relatório é aprofundar o entendimento sobre o financiamento da produção na Amazônia, especialmente da pecuária. Neste documento, apresentamos: a compreensão dos fluxos de recurso financeiro, as condições recentes para financiamento da produção, os riscos do crédito estar associado ao desmatamento e recomendações para financiar a produção de maneira mais sustentável.

Fluxo e condições para o financiamento da produção na Amazônia



Nas últimas décadas, as pressões crescentes para adequação ambiental repercutiram também no setor financeiro. Por exemplo, em 2009, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) determinou novas diretrizes socioambientais para financiamento, passando a exigir regularidade socioambiental (MDIC, 2009). Um ano antes, a Resolução 3.545/2008 do Banco Central do Brasil condicionou a concessão de crédito rural em municípios da Amazônia à conformidade ambiental e à comprovação da legitimidade de títulos de propriedade. Para melhores ajustes das políticas de crédito, instituições financeiras como a Febraban têm buscado formas de avaliar os riscos socioambientais associados ao crédito e incorporá-los no financiamento. Esses esforços têm ocorrido para que o tomador do crédito seja submetido a maiores exigências a fim de adequar o fluxo de capital para uma transição a práticas mais sustentáveis.

9

Uma série de mudanças recentes nas regras de financiamento está associada à redução de até 15% na taxa de desmatamento (Assunção et al, 2013). Ao mesmo tempo que o crédito oficial tornou-se mais restritivo, surgiram linhas e condições para produtores em cumprimento das leis ambientais, como por exemplo, o Plano ABC¹, orientado a práticas de redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) e melhoria na produtividade. Ademais, o Manual de Crédito Rural (MCR) possibilita o aumento nos limites de crédito (atualmente em 10%) para “despesas de aquisição de insumos para a restauração e à recuperação das áreas de reserva legal e das áreas de preservação permanente”. Por fim, a Resolução nº 4.327/2014 do Banco Central solicita aos bancos uma avaliação dos riscos socioambientais ligados aos financiamentos públicos, e, desde então, a Febraban tem trabalhado para implementar e monitorar regras de avaliação desse tipo de risco, em alinhamento com o *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD).

1 O Plano ABC é uma iniciativa do governo federal cujo objetivo é integrar ações para reduzir as emissões de gases do efeito estufa provenientes da atividade rural. Ver mais em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/plano-abc-agricultura-de-baixa-emissao-de-carbono>.

Para entender os limites das regras oficiais e o alcance de acordos privados, ressaltamos a importância de compreender o fluxo do financiamento – fontes, quem opera e para quem é destinado o crédito. O financiamento da produção agropecuária no Brasil e na Amazônia Legal se dá de três formas distintas e complementares: via linhas de crédito rural formais, via financiamento indireto ou via aplicação de recursos próprios. O crédito rural oficial, fornecido por bancos, está sujeito às normas do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); o financiamento indireto, em negociação entre empresas privadas e os produtores, por onde são fornecidos insumos para a produção, em troca de uma parcela da produção; e, finalmente, o financiamento com recursos próprios, onde os produtores usam seus próprios recursos para financiar a atividade produtiva. No caso da Amazônia Legal, para a safra 2017/2018, o financiamento se deu conforme apresentado na figura 1.

Identificamos na figura 1 que o crédito público e o financiamento por instituições financeiras já não é a principal fonte e canal de recurso para a produção agropecuária na Amazônia. As instituições não financeiras são o principal canal de financiamento, seguido de recursos de instituições financeiras e, depois, de recursos próprios. Entre as instituições financeiras, o Banco do Brasil é o principal operador do crédito público. O estado com maior aplicação de recursos totais é o Mato Grosso, também maior produtor de grãos e carne do país. Todavia, os estados de Maranhão e Tocantins têm proporcionalmente maior uso de recurso próprio no financiamento da produção.

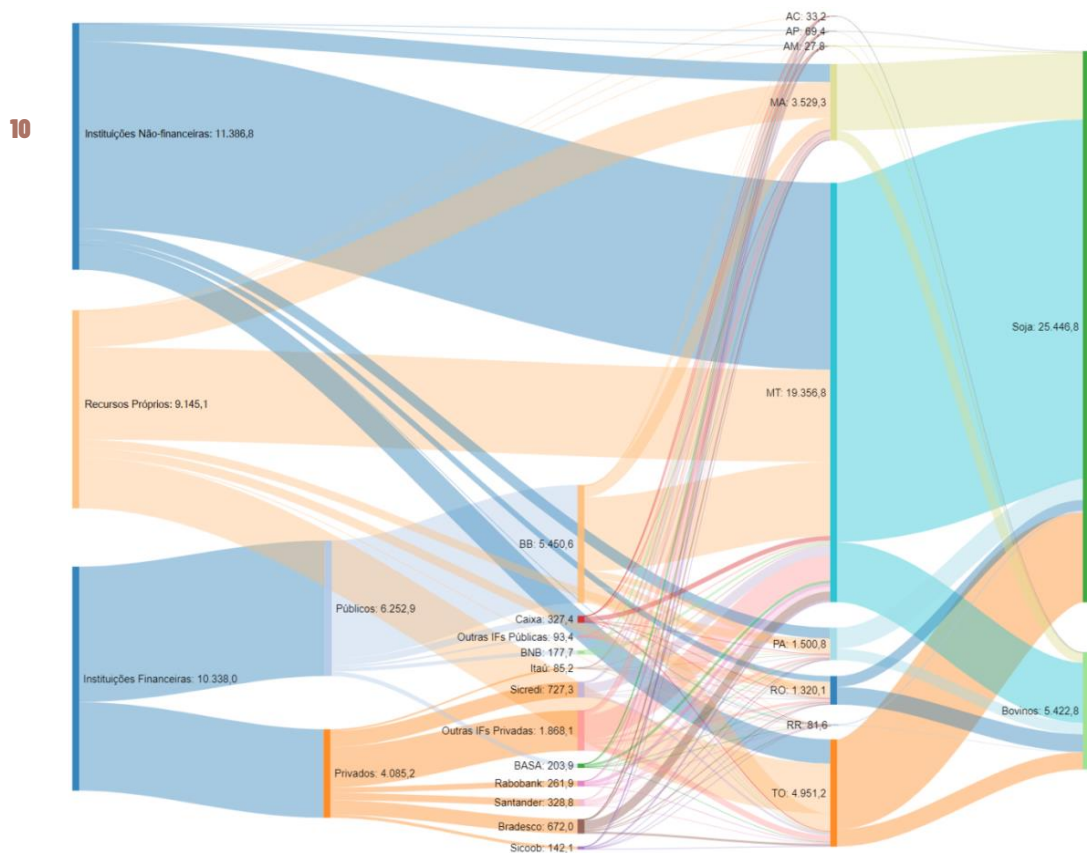


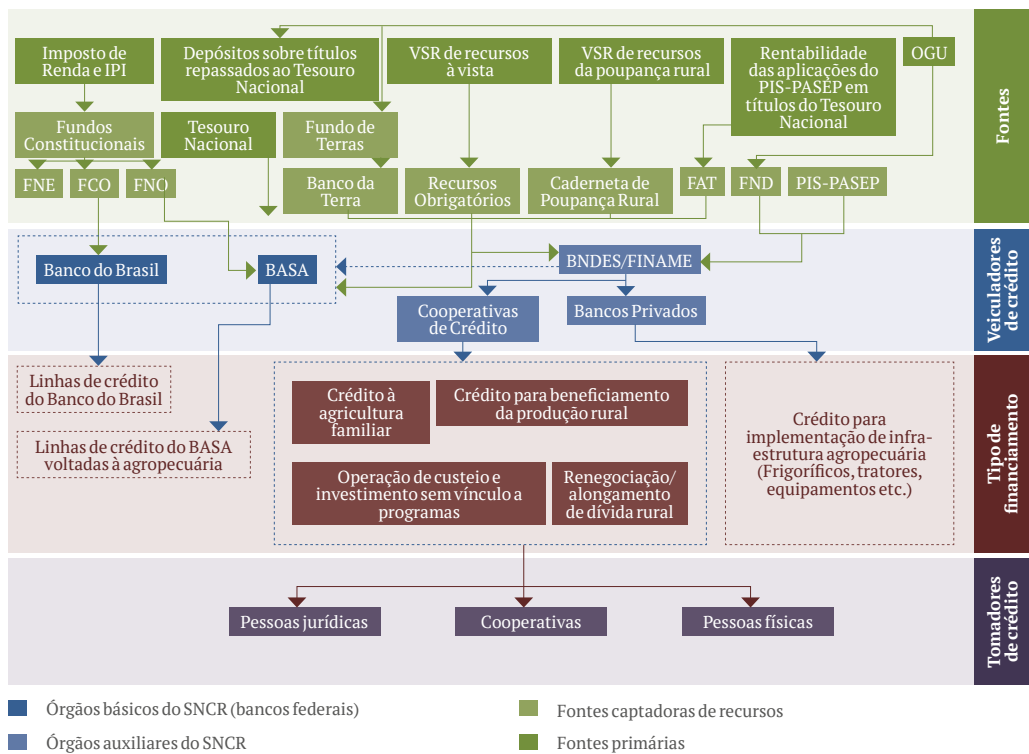
Figura 1. Fluxo de financiamento (em R\$ milhões) para soja e pecuária na safra 2017/2018.
Fonte: Bacen, 2019. Elaboração: SITAWI.

1.1 Crédito oficial e instrumentos financeiros

O Sistema Nacional de Crédito Rural é composto por diferentes fontes, nas quais toda a sociedade brasileira financia indiretamente a produção agropecuária. Na safra 2017/2018, foram firmados 313.690 contratos para custeio na Amazônia Legal, em um universo de quase 830 mil estabelecimentos rurais (IBGE, 2017). Dadas as taxas de juros vantajosas do crédito rural, o governo subsidia a produção por meio de equalização da taxa de juros. Devido à dimensão desses subsídios, o governo tem discutido recentemente o seu impacto sobre a dívida pública. Mais do que isso, esses subsídios deveriam considerar os ganhos de longo prazo com a conservação de ativos naturais e a garantia de uma transição para a economia agropecuária mais sustentável.

Cada fonte tem seus recursos estabelecidos em dispositivos específicos da legislação. Por exemplo, os recursos obrigatórios são constituídos por um recolhimento compulsório de 34% dos depósitos à vista no país, destinados a operações de crédito rural. De fato, as principais fontes do crédito rural são os recursos obrigatórios e a poupança rural, como demonstrado na figura 2, pela sistematização dos fluxos de crédito para financiamento de custeio e investimento, via crédito rural oficial. Os recursos da poupança rural têm origem no cumprimento da exigibilidade da poupança rural, que obriga determinadas instituições financeiras a manter aplicados dois terços dos recursos em operações de crédito rural.

11



12

Figura 2. Fluxo do crédito para financiamento de custeio e investimento via crédito rural oficial. Fonte: elaboração do IPAM, com base em leis e decretos (Brasil, 1965; Brasil, 1986; Brasil, 1987; Brasil, 1989; Brasil 1990a; Brasil 1990b; Brasil, 1991a; Brasil, 1991b; Brasil, 2003).

Além das fontes explicitadas acima, existem outros instrumentos financeiros alternativos, a partir dos quais as instituições financeiras podem obter recursos para financiar produtores rurais. Desde a década de 1990, com o aumento constante da participação de bancos privados no crédito rural, esses instrumentos financeiros foram criados permitindo novas formas de relações entre produtores, instituições financeiras e outros agentes dentro do setor da soja. Essas novas fontes e formas de financiamento podem e devem ser ajustadas de maneira mais eficiente para atender às melhores práticas produtivas. Alguns instrumentos inovadores estão surgindo, como os exemplos descritos no quadro abaixo, e outros estão sendo debatidos no laboratório de inovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Box 1. Instrumentos financeiros alternativos para o financiamento da produção

Em 2004 (Brasil, 2004), novos instrumentos foram desenvolvidos para financiar o agronegócio brasileiro: CRA, CDCA, CDA/WA. Aproveitamos aqui para incluir um instrumento criado em 1994, a CPR.

1. Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

O CRA é um instrumento de renda fixa que concede aos investidores direitos creditórios recebíveis do emissor: pagamentos periódicos (juros de empréstimos) e o capital investido (principal) no vencimento. Diferentes recebíveis podem respaldar o certificado, como instrumentos de financiamento e empréstimos relacionados à produção, processamento e manufatura do agronegócio. Os emissores são empresas de securitização, responsáveis pelo vínculo entre os recebíveis e o CRA via processos de securitização.

Em 2017, R\$ 11,9 bilhões em CRA foram emitidos no Brasil, em um total de 74 operações (Anbima, 2018).

2. Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)

Emitido por cooperativas de produtores ou empresas do agronegócio, é uma participação de crédito nominativo, de livre negociação, que representa garantias de pagamento em dinheiro lastreadas em direitos creditórios de empresas entre produtores rurais, cooperativas ou terceiros, que incluem financiamentos e empréstimos relacionados às atividades do agronegócio. Os CDCA permitem que agentes do agronegócio acessem fundos privados e são amplamente utilizados para estruturar operações financeiras.

Em 29/12/2017, R\$ 232,2 milhões de CDCA estavam em estoque na BM&F Bovespa.

3. Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) / Warrant Agropecuário (WA)

O CDA é um título de crédito de livre negociação, que representa a promessa de entrega de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico. A WA é um título de crédito representativo de promessa de pagamento em dinheiro, que confere direito de penhor sobre o CDA correspondente. Eles são emitidos simultaneamente e podem ser negociados ou transferidos - juntos ou separadamente. A Lei 11.076 de 2004 (Brasil, 2004) fundamenta e regulamenta esses dois instrumentos financeiros.

Em 29/12/2017, havia seis títulos em estoque na BM&F Bovespa.

4. Cédula de Produto Rural (CPR)

A CPR é um instrumento financeiro que subsidia diretamente os produtores rurais. Criada em 1994 (Brasil, 1994), é um contrato de prazo fixo que permite que produtores e associações recebam valores antecipadamente, emitindo títulos para suas obrigações de pagamento ou liquidações em dinheiro. Isso também pode funcionar como um instrumento de proteção ao

investimento (*hedge*), pois estabelece um preço para o produto e protege o produtor das flutuações do mercado. Em 2001, foi criada a CPR com liquidação financeira, ampliando o universo de potenciais compradores. Com essa inovação, a CPR poderia ser liquidada em dinheiro, por meio da conversão do valor dos grãos na data de vencimento da CPR. Com maior liquidez, o instrumento atraiu novos investidores institucionais, especialmente dentro da cadeia produtiva da soja, contribuindo para o desenvolvimento desse setor.

Em 19/10/2018, R\$ 720 milhões em CPR estavam em estoque na BM&F Bovespa.

Estrutura da cadeia da pecuária e acordos públicos

2

2.1 Estrutura da cadeia da pecuária

A cadeia produtiva da carne no Brasil (figura 3) pode ser dividida em subsistemas: (i) fornecedores de insumos; (ii) produtores; (iii) indústria; (iv) distribuidores; (v) consumidores; (vi) instituições financeiras; e (vii) acionistas (Mapa, 2007).

15

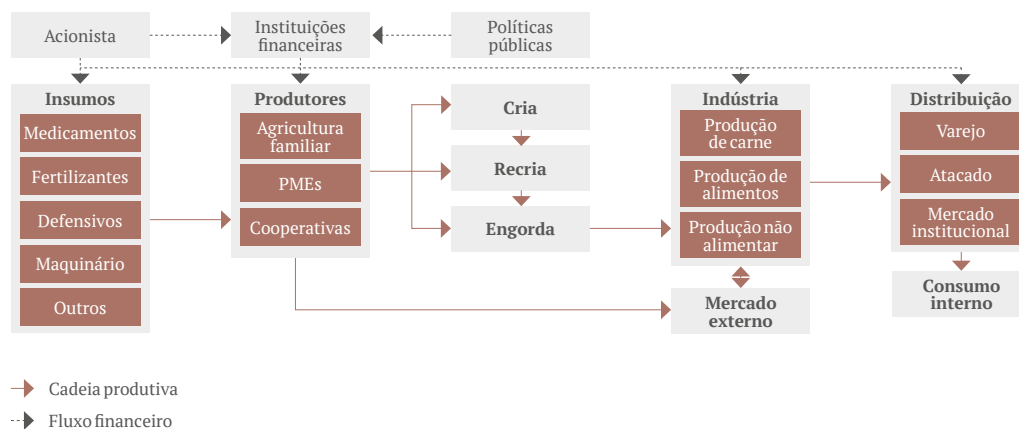


Figura 3. Cadeia produtiva e fluxos financeiros da carne.
Fonte: Elaboração da SITAWI com informações de Buanian et al, 2007.

Instituições financeiras (IF) têm um papel crucial na cadeia, pois são a maior fonte de financiamento para produtores. Esse financiamento é feito, basicamente, por meio de linhas de crédito com taxas de juros negociáveis ou com taxas determinadas pelo governo federal via políticas públicas.

Diferentemente de outras cadeias produtivas agrícolas, como a soja e o milho, não há fluxos financeiros significativos entre produtores e fornecedores de insumos/revendedores ou com as indústrias alimentícias ou não alimentícias². Os atores que atuam na cadeia produtiva e nos fluxos financeiros da produção pecuária estão descritos na tabela 1.

Tabela 1. Volumes financeiros (R\$ milhões) associados a cada fonte de financiamento – Amazônia Legal (2017/18).

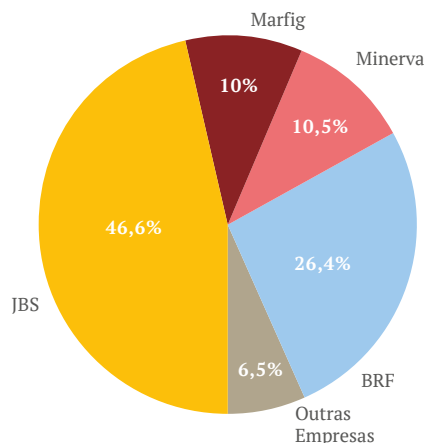
i	Fornecedores de insumos	Companhias da área da nutrição, saúde animal, sementes, fertilizantes, pesticidas e maquinário para o pasto. As sedes e unidades mais produtivas dessas indústrias estão localizadas nas regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil, como a Dow AgroSciences, Corteva, Basf e Minnerthal. Elas trabalham com representantes e técnicos na Amazônia.
ii	Produtores	Responsáveis pela criação do gado. Essa atividade pode ser dividida em três etapas: cria, recria e engorda. Um produtor diferente pode realizar cada parte ou uma combinação de partes do ciclo. Até 2006, havia uma predominância de ciclo completo (IBGE/Censo 2006). Na Amazônia Legal, cerca de 70% dos produtores têm pequenas propriedades, enquanto 25% podem ser definidos como médios e 5% como grandes produtores. A atividade de cria de bezerros e produção de leite é predominante em pequenas propriedades, enquanto médios e grandes estabelecimentos rurais costumam praticar a recria/engorda de gado.
iii	Indústria	Há uma grande variedade de agentes incluídos nessa categoria, dada a multiplicidade de produtos derivados da cadeia de criação de gado. Algumas companhias, como JBS, Marfrig, Minerva e BR Foods (BRF), verticalizaram seus processos e vendem desde carne crua a comidas pré-prontas. Há também produtos não alimentícios, como colágeno, medicamentos e outros.
iv	Distribuidores	Empresas de atacado ou varejo, como supermercados, que vendem os produtos das indústrias (iii) aos consumidores (v).
v	Consumidores	Destino final dos produtos de carne.
vi	Instituições financeiras	Principal fonte de financiamento dos produtores. IF fornecem linhas de crédito com taxas de juros negociáveis ou pré-definidas pelo governo e, em menor escala, linhas de crédito fora do crédito rural.
vii	Acionistas	Acionistas das instituições não financeiras participantes da cadeia – como os fornecedores de insumos, a indústria produtiva e a distribuição. Apesar de não financiarem diretamente a produção pecuária, podem cobrar uma maior responsabilidade socioambiental por parte de suas empresas, influenciando, por exemplo, nos critérios de seleção de fornecedores. Acionistas são capazes de influenciar um frigorífico a não realizar compras de gado proveniente de áreas desmatadas, por exemplo. Acionistas desse tipo de instituição podem envolver também fundos de <i>private equity</i> .

Algumas poucas empresas (figura 4) têm participação majoritária no mercado de carne, dominando suas articulações mais importantes de forma verticalizada – como produção de insumos, produção pecuária em si e processamento de produtos. Com isso, mesmo que não tenham fornecimento financeiro direto, têm grande impacto indireto nas condições de mercado, inclusive de financia-

² Informação obtida por meio de entrevistas com produtores e representantes da indústria.

mento, já que afetam preços de insumos de produção e mesmo da venda. Exemplo de atuação desse gênero é a BRF, empresa brasileira que não só produz a ração animal, como também realiza o processamento de produtos de carne. O perfil detalhado dessas empresas é apresentado no Anexo III.

Figura 4. *Market share* brasileiro de frigoríficos em vendas líquidas (2016).
Fonte: Exame (2017); BRF (2016).



2.2 Acordos de cadeia e compromissos das empresas

17

Os acordos de cadeia orientam investimentos ao considerar os riscos de perda financeira ligados principalmente à imagem dos fornecedores e outros atores. Na pecuária, os principais compromissos estão ligados ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC) promovido pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2009 (MPF, 2009). Há também compromissos internacionais feitos por empresas ou grupos de empresas que visam a desvincular a produção do desmatamento, bem como iniciativas de múltiplos atores, cujo objetivo é melhorar a atividade como um todo. Na próxima seção, tratamos da probabilidade do crédito estar associado ao desmatamento nos municípios da Amazônia.

Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da pecuária. O TAC da pecuária congrega diversos acordos, iniciados no Pará, em 2008, e no resto da Amazônia, em 2009, nos quais frigoríficos e outros elos da cadeia produtiva se comprometem a não comprar gado de áreas com trabalho escravo, embargadas, com condenações judiciais que afetem comunidades tradicionais e, principalmente, que tenham realizado desmatamento ilegal. Apesar de não tratar diretamente de financiamento, o andamento desses acordos tem importância para avaliação de risco reputacional de investimentos. Hoje, mais de 70% da capacidade de abate na Amazônia está nas mãos de frigoríficos que assinaram o TAC (Barreto et al, 2017). É interessante que esses acordos sejam monitorados, que se criem condições para que mais frigoríficos possam se comprometer a rastrear a origem de sua carne, e também que os frigoríficos sejam engajados na melhoria da cadeia, desde o início da produção, na

cria. O trabalho de Gibbs et al (2015) demonstrou que as consequências do TAC geraram mudanças significativas na cadeia produtiva de carne e os frigoríficos signatários evitaram fornecedores com áreas desmatadas ilegalmente após 2009. Entre os desdobramentos desses acordos, está a vinculação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) com a Guia de Transporte Animal (GTA), para rastreamento e monitoramento de gado advindo de áreas desmatadas.

Vinculação do CAR ao GTA no Pará. Desde 2015, o governo do Pará passou a exigir que todo o gado transportado pelo estado vincule seu CAR, referente às terras de origem dos bovinos, com sua GTA. Essa medida foi tomada a partir de uma recomendação do MPF para evitar a comercialização legal do gado proveniente de desmatamento ilegal, e para aumentar sua rastreabilidade. O decreto original é de 2014, e contou com intensos debates entre os órgãos envolvidos, como a agência sanitária estadual (Adepará), órgãos de meio ambiente (secretarias estaduais e municipais de Meio Ambiente), produtores, indústria e MPF.

Compromissos internacionais. Diversas empresas e grupos de empresas têm se comprometido publicamente a desassociar a produção do desmatamento. Ainda que ambiciosos, esses acordos são desafiadores em sua implementação, mas mostram um caminho a ser seguido. É necessário criar condições para que os acordos sejam implementados mas também que contem com contribuições das empresas signatárias no enfrentamento dos desafios que se apresentam. Alguns exemplos são: *Consumer Goods Forum* (CGF, 2019), *Tropical Forest Alliance* (TFA, 2020, 2019), *New York Declaration on Forests* (NYDF, 2019) e *Amsterdam Declarations Partnership* (ADP, 2019).

18

Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS)³. É um grupo composto de todos os elos da cadeia produtiva, cuja missão é a melhoria contínua da atividade ligada à produção bovina. Em 2016, o GTPS lançou o Guia de Indicadores de Pecuária Sustentável (GIPS)⁴, uma ferramenta com uma série de indicadores que permite a autoavaliação das fazendas e de outros elos da cadeia, no intuito de promover a melhoria contínua da pecuária no Brasil.

³ Ver: <http://gtps.org.br/>.

⁴ Ver: <http://www.gips.org.br>.

Financiamento da pecuária 3

Os fluxos financeiros relacionados à pecuária (figura 5) estão ligados às instituições financeiras (60%) e recursos próprios (40%). A participação de empresas do setor no financiamento ocorre de maneira ainda incipiente, sem registros disponíveis sobre essas operações. Não foi, portanto, possível estimar a participação de tais empresas para os fluxos financeiros da pecuária. A alta ocorrência de capital próprio para financiar a produção pecuária implica em menor controle e monitoramento de adequação ambiental entre os produtores.

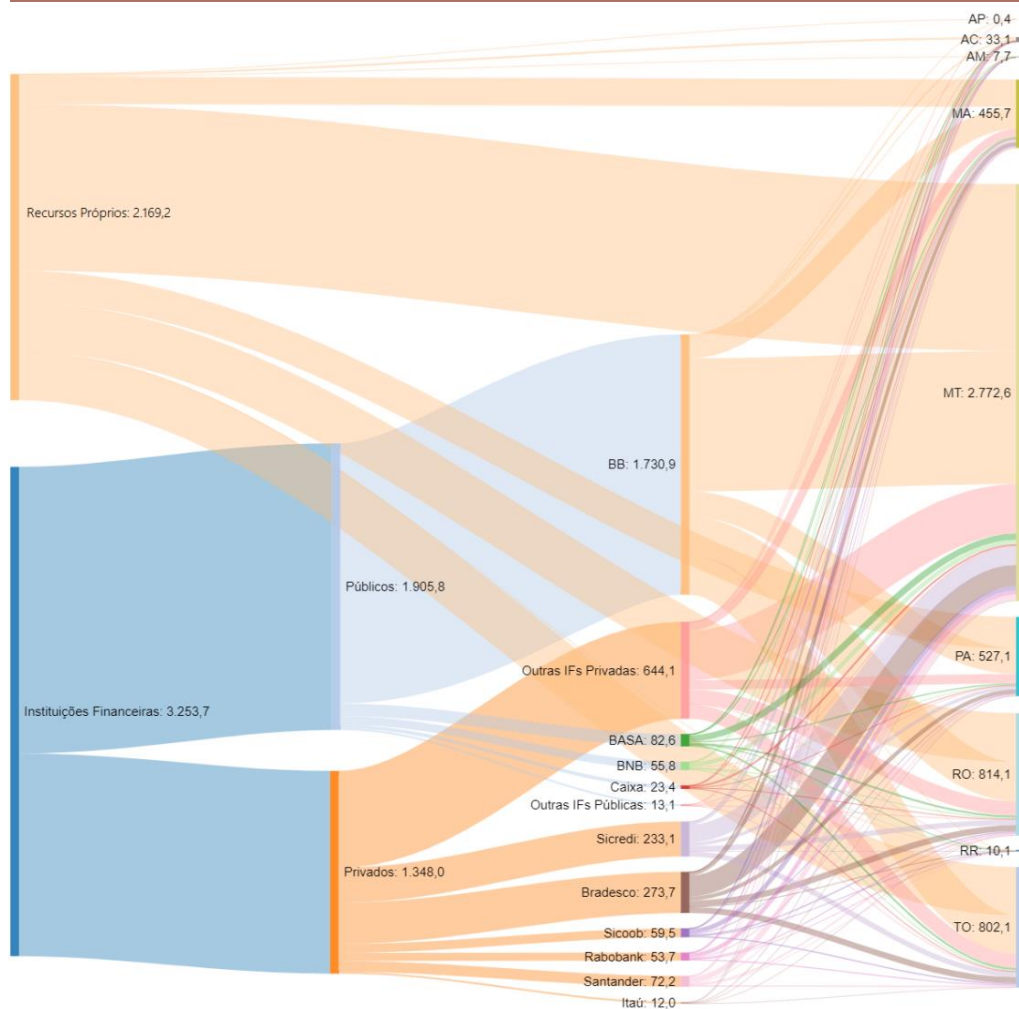
A figura 5 apresenta as fontes de crédito oficial, correspondentes a 60% (R\$ 3 bilhões) dos fluxos financeiros para a pecuária na Amazônia Legal, em 2017/2018, e que possuem bons mecanismos de controle, uma vez que estão associados a instituições financeiras. Dessas instituições, o Banco do Brasil apresenta a maior participação no custeio da pecuária na Amazônia. Outros bancos, como Itaú e Santander, apesar de direcionarem menor volume de recursos para a atividade, realizam contratos com valores maiores.

Os outros 40% (ou R\$ 2 bilhões, vide figura 5) do financiamento ocorrem via recursos próprios e apresentam menores mecanismos de controle, provindos dos próprios produtores. Dentro do contexto pecuário, a criação de gado bovino é predominante frente à de outros animais. Esse perfil se repete nas diversas regiões do país, e a criação de bovinos representa o maior volume contratado de crédito rural em praticamente todos os estados, com exceção de Amazonas, Ceará e Distrito Federal.

Diferente da soja, a pecuária ainda é operada em maior parte por instituições financeiras, principalmente públicas (figura 4). No mais, Mato Grosso é o principal destino dos recursos financeiros e o Banco do Brasil, o principal operador de recursos públicos. Os recursos próprios, todavia, têm mais importância nos estados com maior rebanho e taxa de desmatamento – Pará, Mato Grosso e Rondônia –, além de Tocantins. Muito do desmatamento é feito para “pasto”, não necessariamente objetivando a produção pecuária, mas sim a ocupação da terra para posterior comercialização. O capital próprio não está sujeito às mesmas condicionantes do crédito rural nem às exigências de mercado ou regulação governamental, portanto, seu uso é mais difícil de ser auferido. Além disso, aproximadamente 80% da carne produzida no Brasil é destinada ao mercado interno, com menores exigências que o mercado internacional, que constantemente discute barreiras não alfandegárias aos produtos estrangeiros.

19

Figura 5. Fluxo de financiamento (em R\$ milhões) da pecuária nos estados brasileiros, safra 2017/2018.
 Fonte: Elaboração dos autores, com dados do Bacen (2019).



3.1 Áreas prioritárias para a pecuária

Em função da grande extensão territorial da Amazônia, definimos duas regiões prioritárias (RP) para análise da pecuária. A primeira região prioritária identificada de pecuária (RP3⁵) corresponde a 21 municípios no sul do Pará, com uma produção consolidada e tradicional de carne no Brasil. Já a Região Prioritária 4 (RP4) envolve 23 municípios na fronteira entre os estados de Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, com uma produção em expansão sobre novas áreas e questões como grilagem, desmatamento ilegal, expansão agrícola e falta de fiscalização. O Anexo I apresenta a lista de municípios dessas áreas prioritárias e o Anexo IV caracteriza os estados a partir das regiões prioritárias.

⁵ As RP 1 e 2 são relacionadas à soja e estão detalhadas em outro relatório.

A partir da caracterização da dinâmica nessas duas regiões prioritárias, foram estimados os fluxos para outros estados da Amazônia. Relacionando o montante de recursos para o custeio da pecuária via crédito rural e o mix de financiamento dos estados, foram calculados os volumes financeiros de cada agente financiador (figura 5).

No cenário agropecuário em geral (sem foco em nenhum produto ou cultivo), 15,5% dos estabelecimentos do país obtiveram financiamento externo em 2017, considerando as diversas fontes possíveis⁶ (tabela 2). A distribuição das fontes de financiamento indica uma predominância do alcance das instituições financeiras aos produtores em geral. Vale ressaltar que cada propriedade pode recorrer a mais de uma fonte de financiamento; dessa forma, a soma do número de propriedades de cada fonte resulta em um número maior do que o número de propriedades que obteve algum financiamento. Para a Amazônia Legal, 10,4% dos produtores obtiveram algum financiamento externo, distribuído entre as fontes abaixo (tabela 2). Na Região Prioritária 3, 7,9% dos produtores obtiveram financiamento de alguma fonte externa em 2017 (tabela 2). Esse é o menor alcance encontrado dentre as regiões analisadas – ainda assim, o valor continua bastante alto e significativo. Já na Região Prioritária 4, 13,6% dos produtores agropecuários obtiveram alguma forma de financiamento externo (tabela 2). Mais uma vez, a fonte com maior alcance são as instituições financeiras, que atingiram 97% das propriedades que receberam financiamento.

Tabela 2. Alcance do financiamento agropecuário em 2017

Fontes de financiamento	Nº de propriedades			
	Brasil	Amazônia Legal	RP3	RP4
IF	763.447	91.120	3.400	5.725
Fornecedores	4.225	757	7	9
Empresa integradora	6.857	338	11	5
Governo	55.272	6.528	280	465
ONGs	323	61	2	8
Pessoas físicas	2.172	326	7	8
Outros	2.795	446	21	20
Total de propriedades que obtiveram financiamento de fontes externas	784.228	95.168	3.627	5.902
Total de propriedades da região	5.071.278	918.763	45.787	43.424

Fonte: IBGE (2017).

Esses dados podem indicar que, para regiões de produção pecuária consolidada, há menor necessidade de financiamento público. Uma limitação dessa análise, porém, é o fato de os dados serem referentes à produção agropecuária como um todo, sem foco específico em bovinos. Apesar disso, os dados ilustram que apenas uma parcela dos produtores obtém alguma forma de financiamento – menos de um quinto do total, em todas as regiões analisadas.

⁶ Fontes consideradas pelo IBGE: fornecedores, empresas integradoras, governo, ONGs e pessoas físicas.

Há muitas partes do ciclo de produção da pecuária que não são abarcadas pelas instituições financeiras, especialmente a abertura de terras. Em áreas de expansão da produção pecuária, o baixo custo das terras e a baixa efetividade dos processos de regularização fundiária atraem pequenos e médios produtores, empresas imobiliárias, além de investidores internacionais (como fundos de pensão).

3.1.1 Crédito na Região Prioritária 3

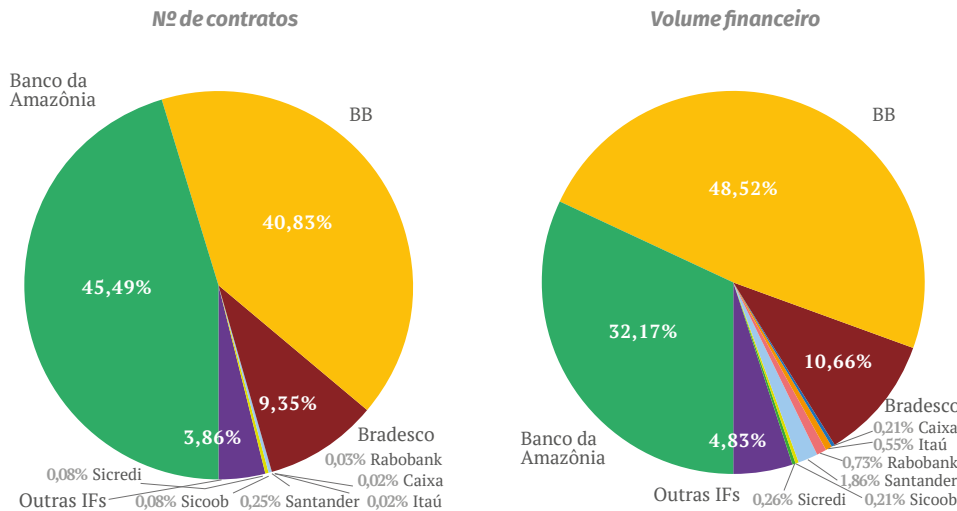
Verificando os dados do Banco Central a partir da visão regional⁷, é possível observar que, no último período (safra de 2017/2018), os produtores no Pará obtiveram 6% do número total de contratos de custeio pecuário (não inclui cultivo agrícola) da Amazônia Legal. Desse percentual, 43% dos contratos foram firmados na Região Prioritária 3 e, os demais 57%, em outros municípios do Pará. Já na análise de volume financeiro, o estado somou R\$ 708,4 milhões em contratos de custeio para produtos pecuários, com 12% do total, deixando R\$ 5,1 bilhões aos outros estados da Amazônia Legal. Desse total, 41% do volume corresponde à RP3, com R\$ 292,1 milhões.

A análise por instituição financeira, considerando todas as modalidades e produtos do crédito rural para o Pará, põe o Banco da Amazônia com o maior número de contratos, com 45,49%. O Banco do Brasil detém o maior volume financeiro, com 48,52%, conforme demonstrado na figura 6.

22

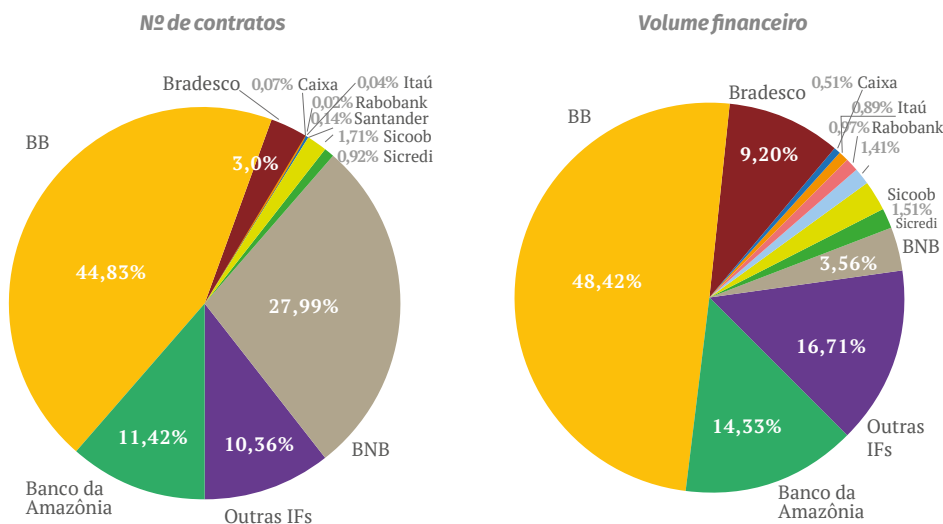
Figura 6. Participação de instituições financeiras no custeio de bovinos, em número de contratos e volume financeiro – Brasil (2017/18).
Fonte: BCB, 2018.

Instituições financeiras no crédito rural para pecuária no Pará



⁷ Análise gerada a partir dos dados das tabelas 3.2. (Quantidade e Valor dos Contratos por Região) e UF e 3.5. (Quantidade e Valor dos Contratos por Município, da Matriz de Dados do Crédito Rural).

Instituições financeiras no crédito rural para pecuária na Amazônia Legal

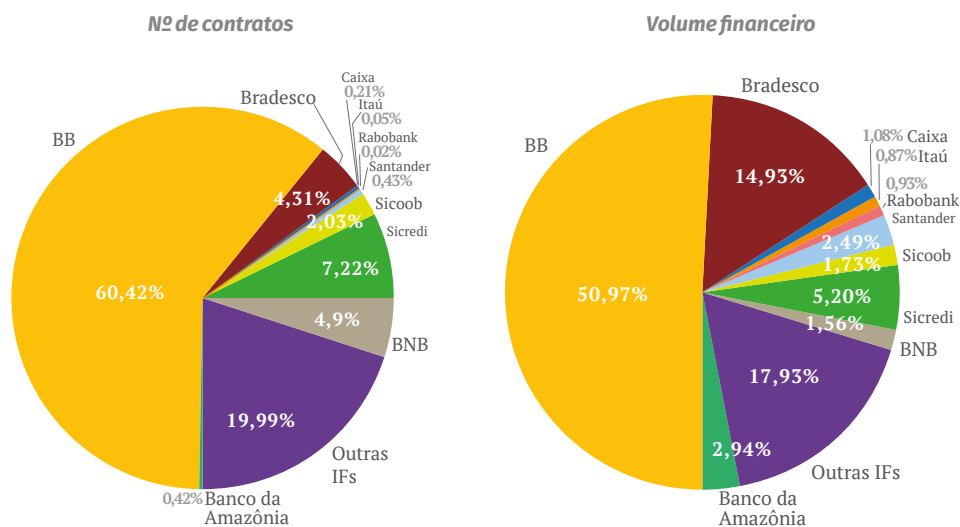


Na análise da Amazônia Legal como um todo, a participação do Banco da Amazônia cai, tanto em número de contratos quanto em volume financeiro. O Banco do Brasil continua como principal IF. Tanto no caso do Pará quanto na Amazônia Legal como um todo, o percentual de participação de volume financeiro do Banco do Brasil é maior do que seu percentual de participação em número de contratos. Esse fato destoa da atuação do BB no financiamento agrícola, no qual o valor médio dos contratos é mais baixo. Na análise do custeio específico de bovinos (figura 7), o perfil de financiamento se altera ligeiramente. Nesse caso, o Banco do Brasil possui a maior participação em número de contratos (60,42%) e em volume financeiro (50,97%).

23

Figura 7. Participação de instituições financeiras no custeio de bovinos, em número de contratos e volume financeiro – Brasil (2017/18).
Fonte: BCB, 2018.

Custeio de bovinos



Nessa visão, o percentual de participação em número de contratos do Banco do Brasil é maior do que o da participação em volume financeiro. Ou seja, sua atuação é mais semelhante a do custeio agrícola: valor médio de contratos mais baixo. Isso indica que os contratos fornecidos pelo BB para bovinos são menores do que os fornecidos para a pecuária como um todo. Em outras palavras, corrobora-se a conclusão de que criação de outros animais possibilita um mix de financiamento com maior participação de IF do que a de bovinos.

A análise da atuação do Banco da Amazônia e do Bradesco nessa visão (financiamento apenas de bovinos) indica que essas IF fornecem empréstimos com volumes maiores, devido ao menor número de contratos em relação ao respectivo volume financeiro. A tabela 3 estabelece uma comparação do financiamento do custeio de bovinos com o de outros produtos (aves, avicultura, suínos e suinocultura) em nível nacional. As categorias de instituições financeiras contempladas são bancos públicos, cooperativas de crédito e bancos privados.

Tabela 3. Número de contratos, volume financeiro e tamanho médio por instituição financeira para custeio da bovinos e outros produtos no Brasil (2017/18).
Fonte: BCB, 2018.

	Bovinos					Outros produtos			
	Contratos	Volume (mil R\$)	Ticket médio (mil R\$)	Part. bovinos/ outros prod.	Part. no custeio bovinos	Contratos	Volume (mil R\$)	Ticket médio (mil R\$)	Participação custeio outros
Bancos públicos	Total	181.282	12.702.328	92,3%	56,5%	5.832	1.056.141,64	181,09	62,8%
	BB	166.079	11.450.136	91,9%	51,0%	4.977	1.010.083,72	202,95	60,1%
	Banco da Amazônia	1.144	659.641	97,0%	2,9%	49	20.116,98	410,55	1,2%
	BNB	13.469	349.906	93,1%	1,6%	806	25.940,94	32,18	1,5%
	Caixa	590	242.644	100,0%	1,1%	0	0,00	-	0,0%
Coop. de crédito	Total	25.433	1.555.177	91,9%	6,9%	1.247	136.543,59	109,50	8,1%
	Sicoob	5.592	388.217	90,0%	1,7%	239	43.246,09	180,95	2,6%
	Sicredi	19.841	1.166.959	92,6%	5,2%	1.008	93.297,50	92,56	5,6%
	Total	13.210	4.315.566	95,2%	19,2%	292	217.716,07	745,60	13,0%
Bancos privados	Bradesco	11.846	3.352.637	98,0%	14,9%	198	68.889,23	347,95	4,1%
	Itaú	134	195.425	71,0%	0,9%	39	79.967,63	2.050,45	4,8%
	Rabobank	48	208.222	93,5%	0,9%	4	14.410,00	3.602,50	0,9%
	Santander	1.182	559.281	91,1%	2,5%	51	54.449,22	1.067,63	3,2%
Outras IF	54.938	3.889.714,98	70,80	93,5%	17,3%	2.105	270.243,89	128,38	16,1%

Outra questão relativa à participação das instituições financeiras no crédito rural é o uso de recursos. De acordo com o Manual do Crédito Rural, a instituição financeira é responsável por fiscalizar o uso dado aos recursos obtidos via crédito rural, para averiguação da aplicação correta (de acordo com o contrato firmado). O manual indica que todos os financiamentos acima de R\$ 800 mil devem ser inspecionados, e os financiamentos com valores inferiores devem ser fiscalizados por amostragem, no mínimo 5% das operações contratadas no mês anterior.

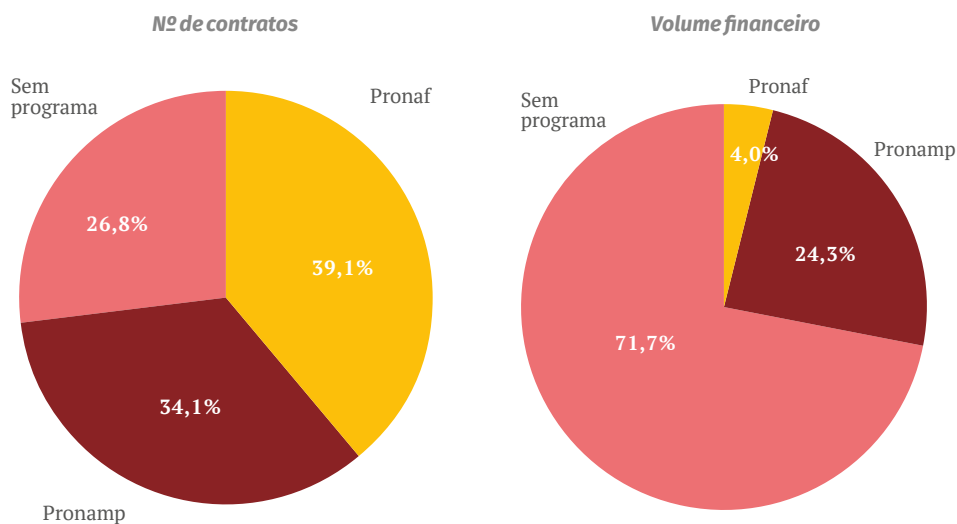
Para o custeio pecuário, o manual indica que a fiscalização deve ser realizada, no mínimo, uma vez durante o ciclo de aplicação, em momento em que seja possível verificar a destinação dos recursos. A partir de 2018, o Banco Central também definiu que a fiscalização não necessita ser realizada de forma presencial e pode contar com o apoio de tecnologias, como *drones* e sensoriamento remoto. Apesar do controle estabelecido no manual, suas brechas, como o valor alto para obrigatoriedade de fiscalização (contemplando apenas 1,3% dos contratos de 2016/17), influenciam na ocorrência de casos de uso indevido dos recursos.

As instituições financeiras apresentadas anteriormente podem financiar os produtores a partir de uma ampla gama de programas de financiamento (linhas do crédito rural). É possível analisar o custeio de atividades pecuárias no Pará e para bovinos por tais programas, que têm como objetivo o empréstimo com condições especiais para grupos focais (figura 8).

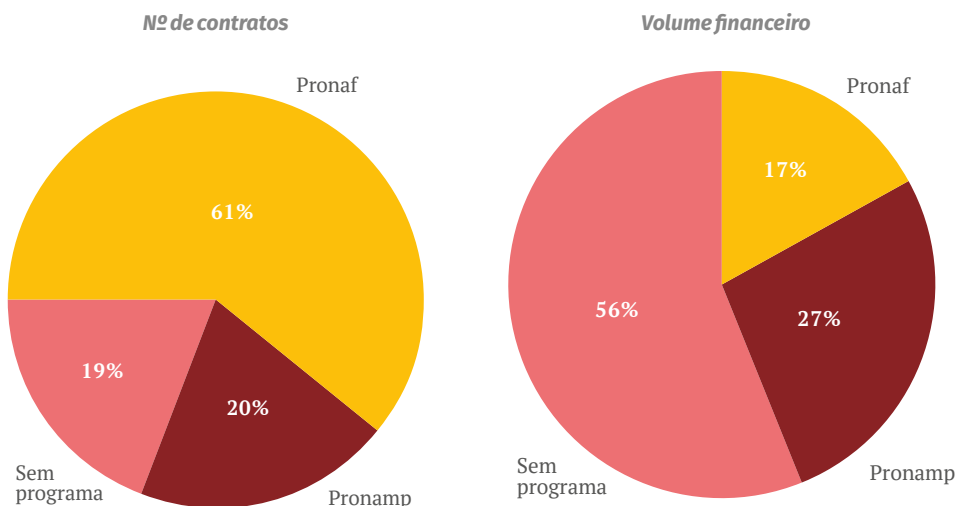
Figura 8. Participação de programas no custeio de atividades pecuárias no Pará (todos os produtos) e de bovinos (todos os estados), em número de contratos e volume financeiro (2017/18).
Fonte: BCB, 2018.

26

Programas para custeio de atividades pecuárias no Pará



Programas para custeio de bovinos



A maior parte do volume financeiro, considerando a visão em escala estadual (que inclui todos os produtos pecuários) e nacional (apenas produtos bovinos), a maior parte do volume de financiamento não está atrelado a nenhum programa (podendo ser com taxas de juros livres ou pré-estabelecidas). Os únicos programas presentes nas duas visões são o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

O Pronaf é um programa de cunho social cujo objetivo é financiar, por meio de custeio ou investimento, a implementação, modernização ou ampliação das estruturas produtivas de estabelecimentos rurais individuais ou coletivos, que gerem renda para produtores familiares e/ou assentados da reforma agrária. Tanto na visão estadual, quanto na nacional, o percentual de participação do Pronaf, em número de contratos, é bastante superior à sua participação em volume financeiro, indicando um baixo valor médio de contratos. O fato é compatível com os objetivos da linha.

O Pronamp tem foco no financiamento do produtor de porte médio, com renda bruta anual de até R\$ 1,76 milhão e com, no mínimo, 80% originada da atividade agropecuária. O objetivo principal do programa é a geração de empregos e o aumento da renda no campo. A taxa de juros do Pronamp é de 8,5% ao ano, com limite de crédito de R\$ 1,5 milhão para custeio e R\$ 0,43 milhão para investimento.

O Programa ABC, linha de crédito ligada ao Plano ABC, não consta como fonte de financiamento para custeio pecuário no período analisado. Uma das possíveis explicações para essa questão é a possibilidade de diferentes finalidades e/ou o seu oferecimento fora do crédito rural. O Plano ABC está detalhado abaixo.

Plano ABC

O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, também conhecido como Plano ABC, tem como objetivo principal a adoção de práticas e tecnologias sustentáveis na agricultura, tendo sua linha de crédito – Programa ABC – como um de seus principais instrumentos. O programa pode ser acessado via BNDES, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco de Brasília, dentre outros.

Dentro do Programa ABC, estão contemplados diversas linhas de financiamento⁸:

1. Recuperação de pastagens degradadas (ABC Recuperação);
2. Implantação de sistemas orgânicos de produção agropecuária (ABC Orgânico);
3. Implantação e melhoramento de sistemas de plantio direto “na palha” (ABC Plantio Direto);
4. Implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta e de sistemas agroflorestais (ABC Integração);
5. Implantação, manutenção e melhoramento do manejo de florestas comerciais, inclusive aquelas destinadas ao uso industrial ou à produção de carvão vegetal (ABC Florestas);
6. Adequação ou regularização das propriedades rurais frente à legislação ambiental, inclusive recuperação da reserva legal, de áreas de preservação permanente, de regiões degradadas e implantação e melhoramento de planos de manejo florestal sustentável (ABC Ambiental);
7. Implantação, manutenção e melhoramento de sistemas de tratamento de dejetos e resíduos oriundos de produção animal para geração de energia e compostagem (ABC Tratamento de Dejetos);
8. Implantação, melhoramento e manutenção de florestas de dendezeiro, prioritariamente em áreas produtivas degradadas (ABC Dendê);
9. Estímulo ao uso da fixação biológica do nitrogênio (ABC Fixação); e
10. Implantação, melhoramento e manutenção de plantações de açaí, cacau, oliveira e nogueira (ABC Cultivos Permanentes).

A vigência inicial definida para o Plano ABC seria de 2011 até 2020, com necessidade de recursos na ordem de R\$ 197 bilhões. Desde seu início, estima-se que o Brasil aplicou práticas sustentáveis de plantio em 27 milhões de hectares (IstoÉ, 2018).

8 Extraído de: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/programa-abc>.

Os dados relativos ao ano-safra 2017/18 ainda não estão disponíveis no Observatório do ABC; porém, estima-se que volumes maiores do programa tenham sido desembolsados. De acordo com veículos de imprensa, em dezembro de 2018, o BNDES já havia suspenso a linha de crédito do ABC por falta de recursos, depois de R\$ 1,06 bilhão desembolsados (Valor Econômico, 2018).

A partir de entrevistas realizadas com os produtores da Amazônia Legal, foi identificado que eles não obtêm muitas informações relativas ao ABC e veem uma concentração de recursos direcionada para o sul do país. A expansão de programas como esse para o Norte e Nordeste poderia resultar em avanços significativos na adoção de práticas mais sustentáveis por parte dos produtores.

A poupança rural é a principal fonte da qual as instituições financeiras obtêm recursos para destinar ao crédito rural, tanto no Pará como no país como um todo. Existem, todavia, diversas fontes utilizadas por tais instituições. A figura 9 apresenta os principais instrumentos que levam recursos para bancos viabilizarem o custeio das atividades pecuárias no Pará e de bovinos no Brasil⁹. No Pará, a poupança rural tem 31,2% de participação no *funding* das IF. Esse instrumento está estabelecido pela Resolução BCB 1.188/86 e tem como objetivo a captação de recursos para o desenvolvimento da agricultura. Os recursos da poupança rural podem ser usados como controlados (taxas de juros estabelecidas pelo governo) ou livres (com taxas livremente definidas em negociação com o cliente, sem subvenção econômica).

29

Os recursos obrigatórios, segunda maior fonte tanto para o Estado do Pará quanto para financiamento de bovinos, são advindos de depósitos à vista captados por instituições financeiras públicas federais e estaduais e do Valor Sujeito a Recolhimento (VSR) relativo à recursos a vista. As instituições financeiras são obrigadas a manter aplicados no crédito rural 30% da média de VSR do ano-safra anterior, quando esse valor for superior a R\$ 10 milhões.

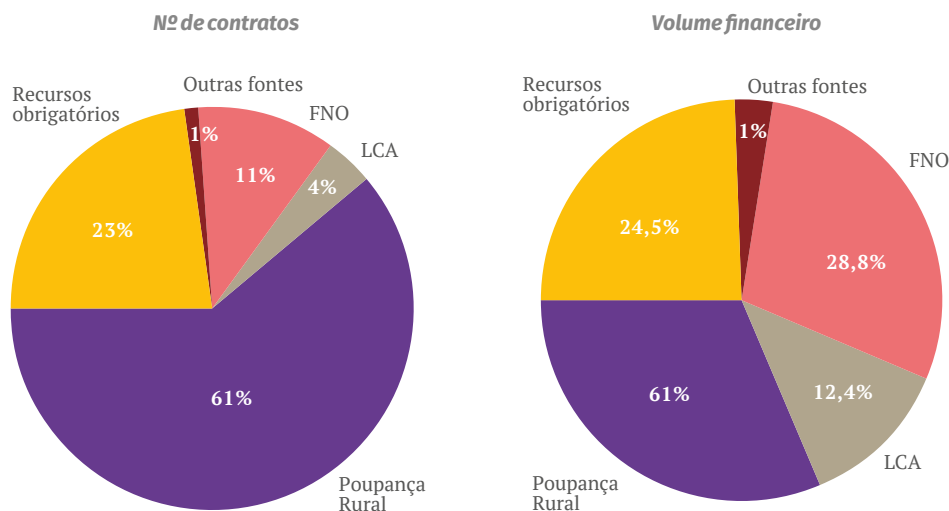
A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), com participação de 12,4% no Pará, é um título de crédito nominativo, isento de imposto de renda e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A LCA é uma promessa de pagamento em dinheiro, de renda fixa. É necessário direcionar 35% da média dos saldos diários de LCA do ano-safra anterior para o crédito rural. Se, após o cálculo, o valor determinado para direcionamento for igual ou inferior a R\$ 500 mil, a instituição fica isenta da obrigação. Até 60% dos recursos de LCA podem ser direcionados com taxas livremente pactuadas e, no mínimo 40%, com taxa efetiva de juros pré-estabelecida pelo governo por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e a Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) são outras fontes de recursos relevantes. Além dessas, existem outros instrumentos financeiros alternativos a partir dos quais as instituições financeiras podem obter recursos para financiar produtores rurais.

⁹ Análises gerada a partir dos dados da tabela 9.2. (Quantidade e Valor dos Contratos por Fonte de Recursos e UF) e 9.4. (Quantidade e Valor dos Contratos por Fonte de Recursos e Produto).

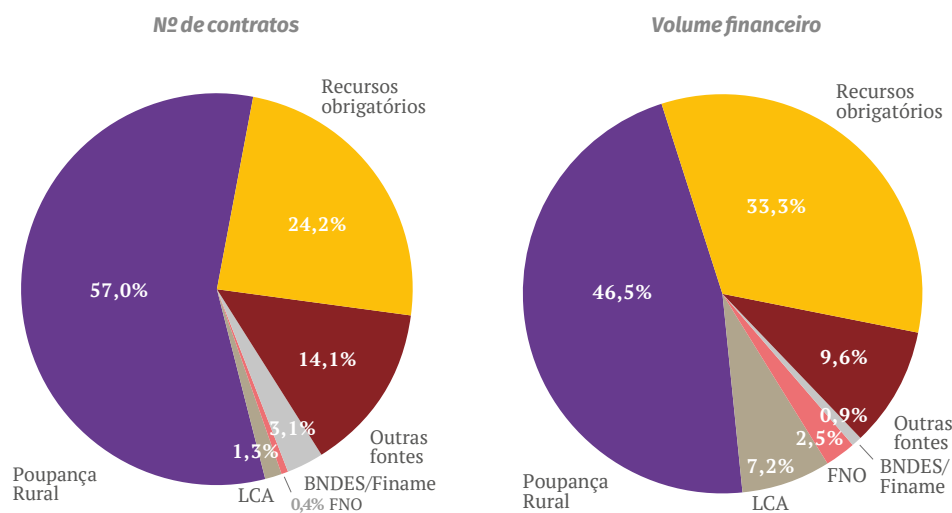
Figura 9. Participação de fonte de recurso no custeio de atividades pecuárias do Pará (todos os produtos) e de bovinos (todos os estados), em número de contratos e volume financeiro (2017/18).
Fonte: BCB, 2018.

Fontes de recursos para custeio de atividade pecuárias no Pará



Fontes de recurso para custeio de bovinos

30



3.1.2 Crédito na Região Prioritária 4

No último ano-safra, 2017/18, os produtores de Amazonas, Mato Grosso e Rondônia obtiveram 70% dos contratos relativos a custeio pecuário (não inclui nenhum cultivo agrícola) da Amazônia

Legal. Do total de pouco mais de 32 mil contratos firmados na região, 13% são relativos à Região Prioritária 4 e, os 87% restantes, aos outros municípios dos três estados. O volume financeiro total desses contratos somou R\$ 3,7 bilhões, representando 63% do volume total da Amazônia Legal. Do montante total, R\$ 256,6 milhões correspondem a RP4, representando 7% dentre os municípios dos três estados.

A tabela 4 compara o crédito rural para a bovinocultura e outros produtos pecuários, por região¹⁰. Nessa análise, verifica-se que o *ticket* médio para bovinos é inferior ao de outros produtos pecuários, exceto em outros estados da Amazônia Legal. Nessa análise, os outros produtos considerados foram avicultura, suínos e suinocultura para as modalidades de cria de animais, manutenção/criação de animais (cria) e manutenção/criação de animais (recria e engorda). Esse quadro pode indicar que, em geral, para outros produtos, a dependência de instituições financeiras é maior, com contratos mais volumosos. Já para bovinos, há muito autofinanciamento, reduzindo o tamanho dos contratos firmados.

10 Análise gerada a partir dos dados das tabelas 3.6 (Quantidade e Valor dos Contratos de Custeio por Região, UF e Produto), 3.9. (Quantidade e Valor dos Contratos de Custeio por Município e Produto) e 4.4 (Quantidade e Valor dos Contratos de Custeio por Produto e Município) (BCB, 2018).

Tabela 4. Número de contratos de custeio, volume financeiro e tamanho médio para bovinos e outros produtos pecuários (2017/18). Fonte: BCB 2019.

	Outros produtos			Bovinos						
	Contratos	Volume (mil R\$)	Ticket médio (mil R\$)	Contratos	Volume (mil R\$)	Ticket médio (mil R\$)	% contratos	% volume	Ticket bovinos/ ticket outros	
2017/18	Amazonas	22	15.564,62	707,48	143	4.708,14	32,92	86,7%	23,2%	4,7%
	Mato Grosso	90	54.736,90	608,19	14.849	1.663.553,02	112,03	99,4%	96,8%	18,4%
	Rondônia	19	1.750,17	92,11	10.583	488.333,70	46,14	99,8%	99,6%	50,1%
	RP4	2	248,40	124,20	2.479	119.183,78	48,08	99,9%	99,8%	38,7%
	Outros municípios AM+MT+RO	129	71.803,29	556,61	23.096	2.037.411,09	88,21	99,4%	96,6%	15,8%
	Outros estados Amazônia Legal	196	14.903,89	76,04	10.057	1.097.152	109,09	98,1%	98,7%	143,5%
	Brasil	9.081	1.649.411,48	181,63	239.555	15.420.727	64,37	96,3%	90,3%	35,4%

Outra análise possível é a referente ao volume e ao número de contratos destinados a bovinos por localidade. Em todas as localidades analisadas, mais de 85% dos contratos foram destinados a bovinos. Já no volume financeiro, todas as localidades direcionaram mais de 90% para bovinos, exceto o Amazonas, que direcionou apenas 23,2%. Já na análise por instituição financeira, ao se considerar todos os financiamentos pecuários (para todas as modalidades e produtos), em todas as finalidades de crédito rural, o Banco do Brasil é o principal ator na região. O BB lidera tanto para número de contratos quanto para volume financeiro (exceto no Amazonas), conforme figura 10.

No Amazonas, 50,04% dos contratos foram firmados pelo Banco do Brasil e 40,13% pelo Banco da Amazônia. Já em volume financeiro, 51,84% são relativos a operações realizadas pelo Banco da Amazônia e 33,63% pelo Banco do Brasil.

Em Mato Grosso, o Banco do Brasil firmou o maior número de contratos, com 62,85%. Em segundo lugar, com uma grande diferença, está o Bradesco, com 5%. Em relação ao volume, o Banco do Brasil também está na dianteira, com quase 50%, seguido pelo Bradesco, com 10,7%. A diferença entre os percentuais relativos a contratos e a volumes financeiros indica que o Banco do Brasil costuma fechar contratos de pequeno volume, dinâmica oposta à do Bradesco.

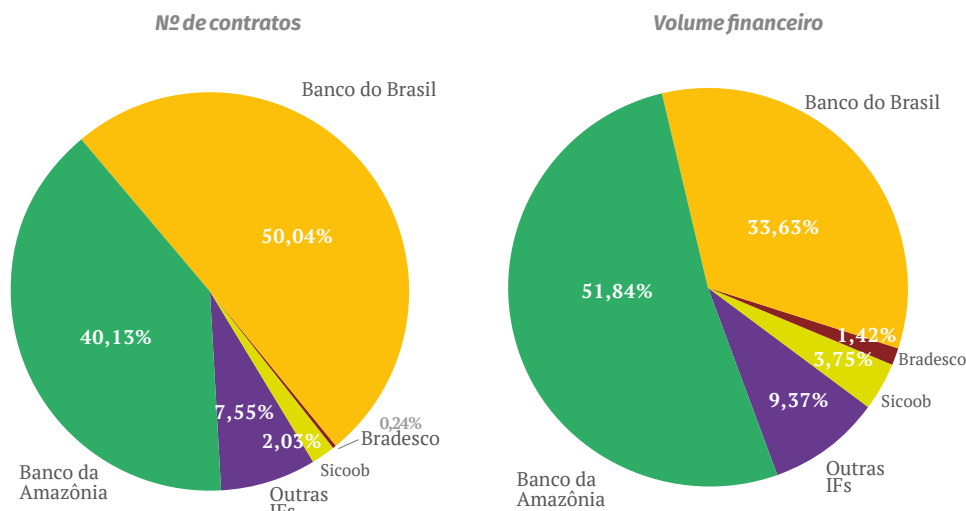
Em Rondônia, a maior parte dos contratos foi firmada pelo Banco do Brasil (62,50%), seguidos pelo Banco da Amazônia, com 15,65%. Em volume financeiro, o Banco do Brasil segue em primeiro lugar, com 49,5%, também seguido pelo Banco da Amazônia, com 23,5%. A diferença de percentual entre o número de contratos e o volume financeiro também dá indícios do tamanho dos *tickets* médios, como dito anteriormente.

No Amazonas, a fonte de recursos com a maior participação é o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), representando 54,86% dos recursos alocados para custeio pecuário no estado. Em Mato Grosso, a maior participação é referente a recursos controlados (com taxas de juros estabelecidas pelo governo) da poupança rural, com 37,42%.

Em número de contratos, a maior participação é do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), com 37,95%. Por fim, em Rondônia, os recursos controlados da poupança rural também obtiveram a maior participação no período safra analisado (2017/18), tanto em volume financeiro (36,73%), quanto em número de contratos (67,13%).

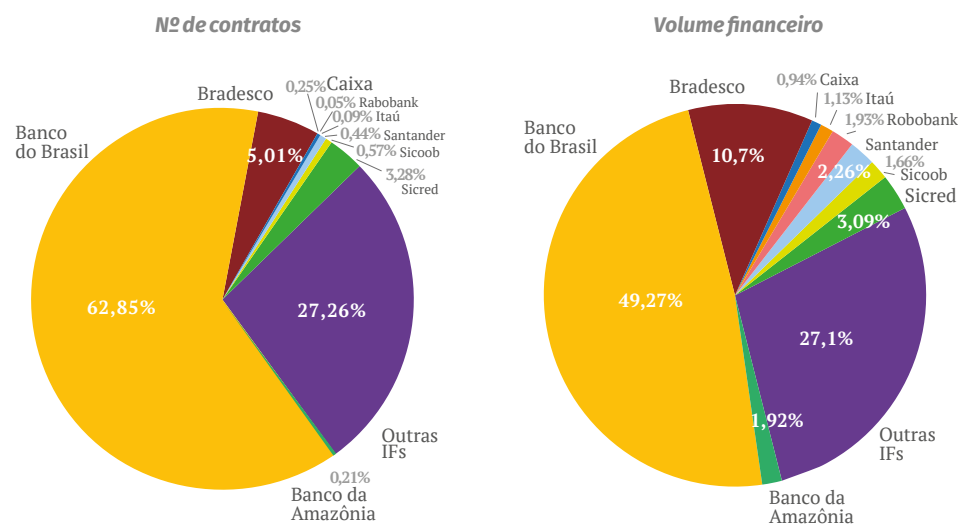
Figura 10. Participação de instituições financeiras no crédito rural para financiamento pecuário (todos as modalidades e os produtos), em número de contratos e volume financeiro – Amazonas, Mato Grosso e Rondônia (2017/18).
Fonte: Bacen, 2019.

Instituições financeiras no crédito rural para pecuária no Amazonas

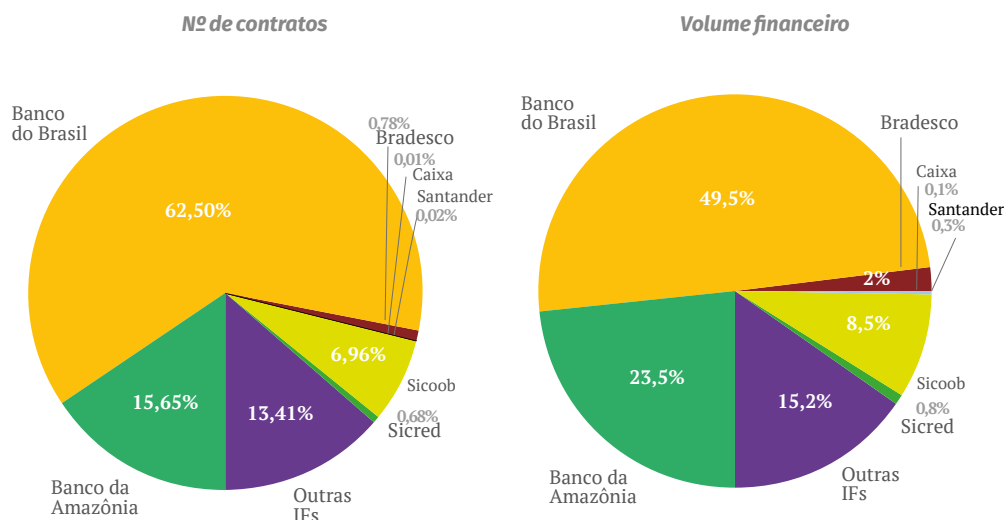


34

Instituições financeiras no crédito rural para pecuária em Mato Grosso



Instituições financeiras no crédito rural para pecuária em Rondônia



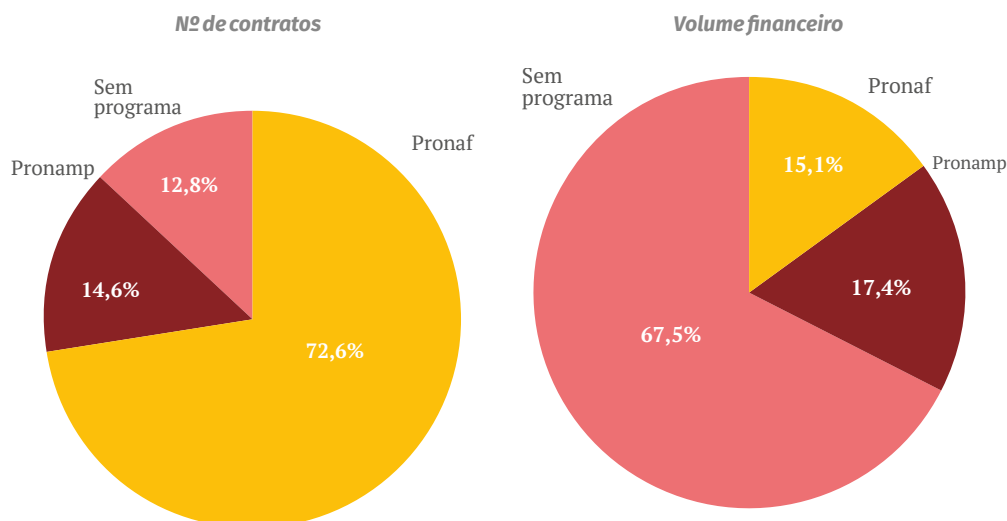
Os financiamentos fornecidos por instituições financeiras podem ser providos por diversos programas de financiamento. É possível analisar a participação desses programas no custeio de atividades pecuárias dos diferentes estados que compõem a RP4, tanto para número de contratos quando para volume financeiro, conforme figura 11. Em todos os estados analisados, apenas o Pronaf e o Pronamp tiveram participação financeira. Além disso, a maior parte dos recursos não está atrelada a nenhum programa, em todas as regiões analisadas. Na análise referente ao número de contratos, o Pronaf tem a maior participação nos três estados, indicando os valores baixos referentes a cada contrato, comportamento esperado a partir do grupo focal do programa (agricultor familiar). As fontes de recursos do crédito rural fornecidos a tomadores por meio das instituições financeiras para os três estados que compõem a Região Prioritária 4 estão discriminados na figura 12¹¹.

35

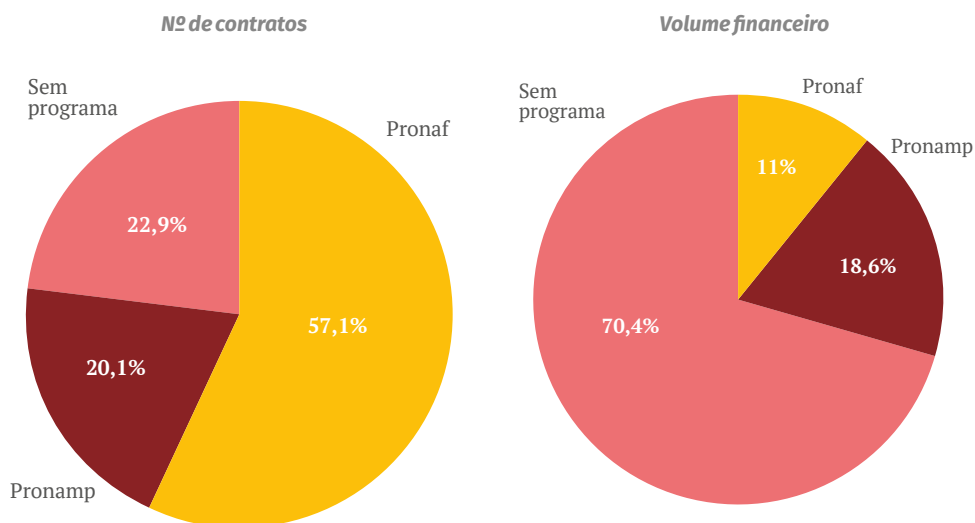
¹¹ Análises gerada a partir dos dados da tabela 9.2. (Quantidade e Valor dos Contratos por Fonte de Recursos e UF) e 9.4. (Quantidade e Valor dos Contratos por Fonte de Recursos e Produto).

Figura 11. Participação de programas no custeio de atividades pecuárias em Amazonas, Mato Grosso e Rondônia (todos os produtos), em número de contratos e volume financeiro (2017/18).
Fonte: BCB, 2018.

Instituições financeiras no crédito rural para pecuária no Amazonas



36 *Programas para custeio de atividades pecuárias em Mato Grosso*



Programas para custeio de atividades pecuárias em Rondônia

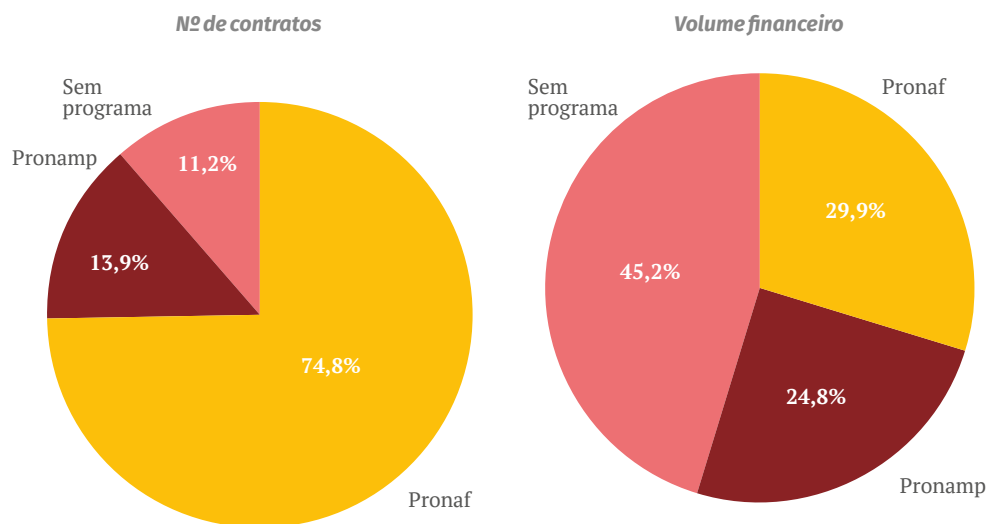
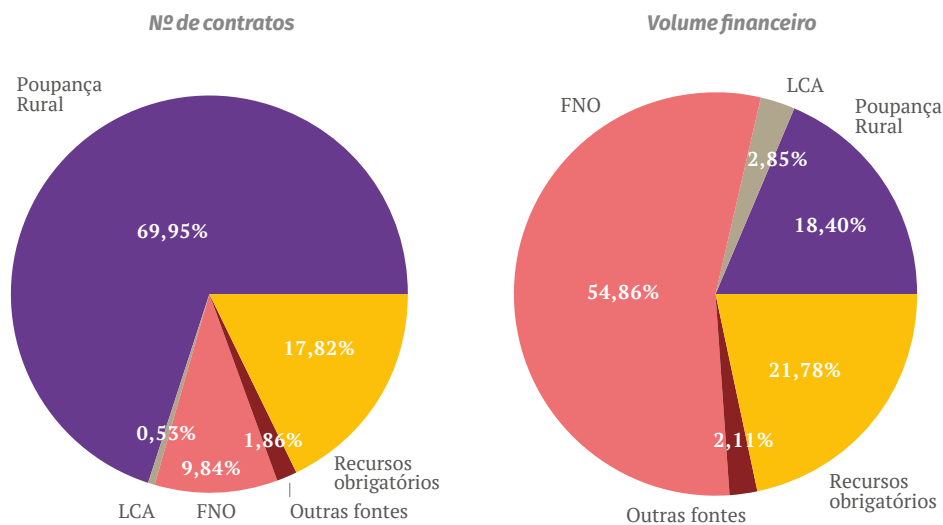


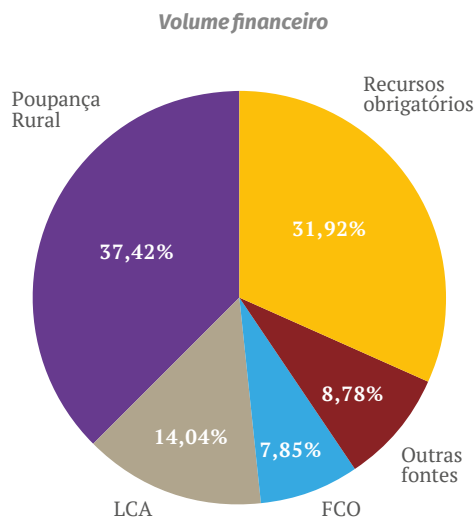
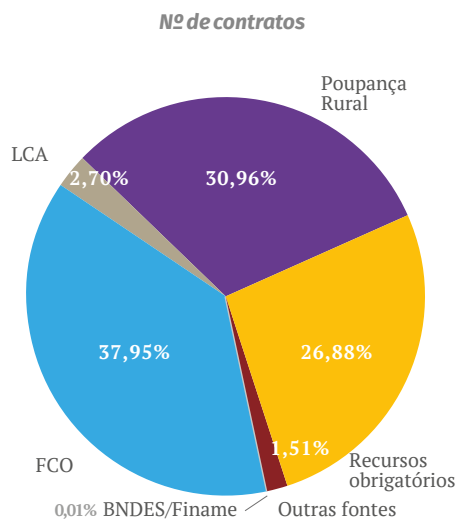
Figura 12. Participação de fonte de recurso no custeio de atividades pecuárias em Amazonas, Mato Grosso e Rondônia (todos os produtos) (2017/18).
Fonte: BCB 2019.

Fontes de recursos para custeio de atividades pecuárias no Amazonas

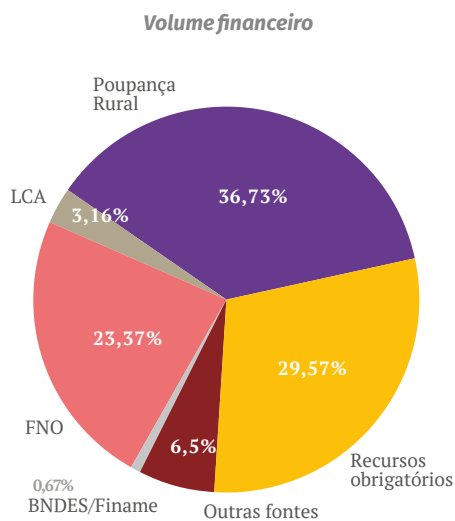
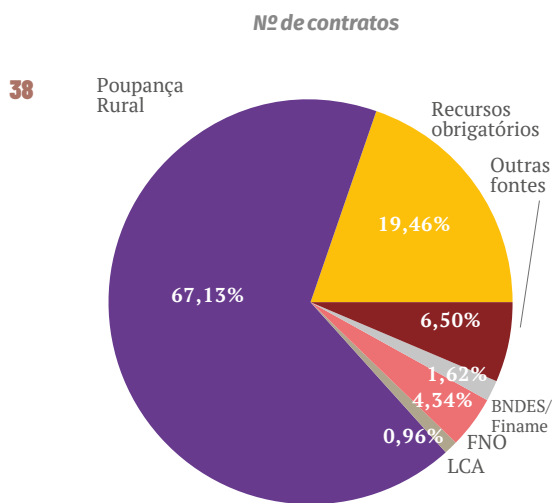
37



Fontes de recursos para custeio de atividades pecuárias em Mato Grosso



Fontes de recursos para custeio de atividades pecuárias em Rondônia



3.2 Perfil dos pecuaristas

A caracterização do crédito rural depende do perfil do produtor. O volume de financiamento requerido está diretamente relacionado ao tamanho de terras dedicado à produção, assim como taxa de juros e carência. Além disso, há lacunas no acesso ao crédito tradicional, dependendo do volume da produção. Isso tem reflexo nas formas de acesso ao crédito e em dificuldades diferentes enfrentadas por produtores pequenos, médios e grandes. A forma de organização dos produtores, seja ela individual ou em conjunto (como em cooperativas, por exemplo), também é determinante para o estabelecimento dos fluxos financeiros.

A análise do perfil de produtores incluída neste estudo está pautada nos dados disponibilizados pelos Censos Agropecuários do IBGE de 2006 e 2017. De acordo com as categorias disponibilizadas pela instituição, foram definidos cinco intervalos: propriedades pequenas, com até 200 hectares; pequenas/médias, de 200 a 500 hectares; propriedades médias, entre 500 e 1.000 hectares; propriedades médias-grandes, entre 1.000 e 2.500 hectares; e propriedades grandes, com área superior a 2.500 hectares¹².

Ademais, a condição legal do produtor em relação às suas terras é a principal característica a ser analisada. Em regiões de expansão, como o oeste paraense e o sul do Amazonas (RP4), nas quais se observa abertura de novas áreas, a regulação de terras é um dos desafios a serem enfrentados. Neste documento, porém, nos ativemos apenas ao fluxo de crédito, por conta do imbrólio jurídico característico do tema fundiário no Brasil.

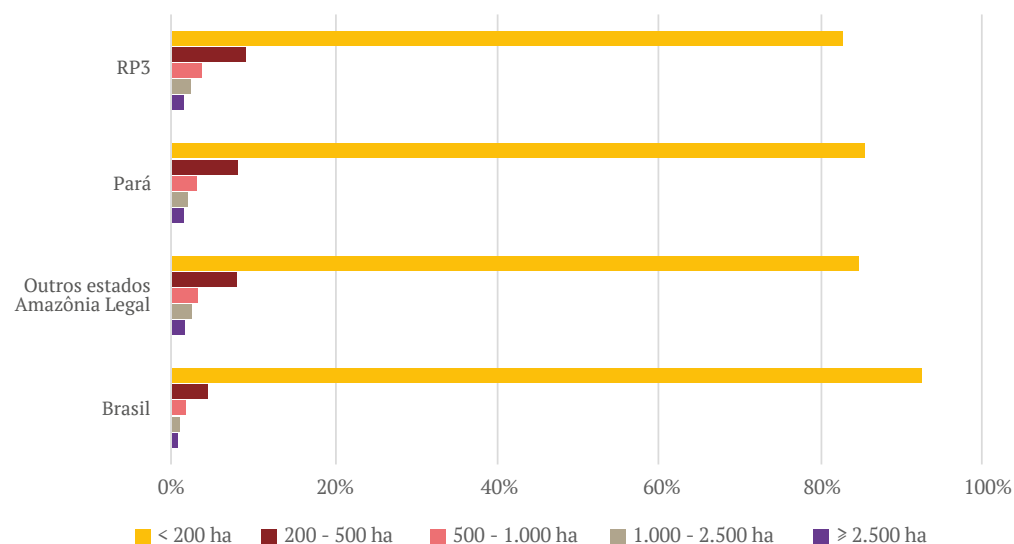
39

3.2.1 Perfil dos produtores na Região Prioritária 3

A produção pecuária no Pará como um todo (figura 13) esteve concentrada, até 2006, em estabelecimentos pequenos e pequenos-médios (94% dos estabelecimentos). Dessas propriedades, a maior parte (86%) possui até 200 ha. A Região Prioritária 3 seguia a mesma lógica, porém com uma concentração ligeiramente menor: 92% de seus estabelecimentos estão concentrados em até 500 ha e, desse total, 83% possuem até 200 ha.

12 O intervalo de pequenas propriedades engloba os filtros do IBGE “Produtor sem área”, “Mais de 0 a menos de 0,1 ha”, “De 0,1 a menos de 0,2 ha”, “De 0,2 a menos de 0,5 ha”, “De 0,5 a menos de 1 ha”, “De 1 a menos de 2 ha”, “De 2 a menos de 3 ha”, “De 3 a menos de 4 ha”, “De 4 a menos de 5 ha”, “De 5 a menos de 10 ha”, “De 10 a menos de 20 ha”, “De 20 a menos de 50 ha”, “De 50 a menos de 100 ha” e “De 100 a menos de 200 ha”. O intervalo de pequenas/médias propriedades inclui o filtro “De 200 a menos de 500 ha”. O intervalo médias engloba o filtro “De 500 a menos de 1.000 ha”. O intervalo de médias-grandes propriedades está relacionado aos filtros “De 1.000 a menos de 2.500 ha” e as grandes são “De 2.500 ha e mais”.

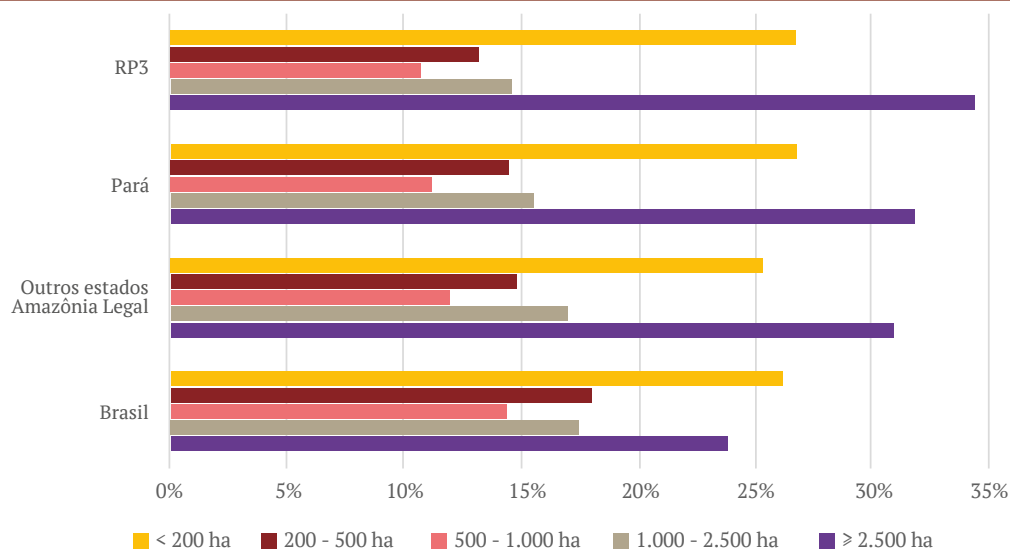
Figura 13. Distribuição de estabelecimentos pecuários por tamanho e local (2006).
 Fonte: IBGE (2006 – Tabela 787). Elaboração: SITAWI.



A dinâmica da RP3, do Pará e, de modo mais amplo, do restante da Amazônia Legal não difere do perfil nacional. Nesse último caso, as propriedades pecuárias são, em sua maioria, menores (até 200 ha), com 92%. Em relação a áreas de pastagem, o Pará apresenta uma área média de 139 hectares por propriedade. Na Amazônia Legal, essa média é de 137 hectares por propriedade e, no Brasil, de 58 hectares/propriedade.

Outra perspectiva passível de análise, a partir dos dados do IBGE, é a distribuição do efetivo bovino por grupo de área de propriedades. Essa análise está retratada na figura 14. Os dados ali apresentados não contabilizaram o gado de propriedades com menos de 50 bovinos.

Figura 14. Distribuição de efetivo bovino por tamanho de propriedade e local (2006).
Fonte: IBGE (2006 – Tabela 925).

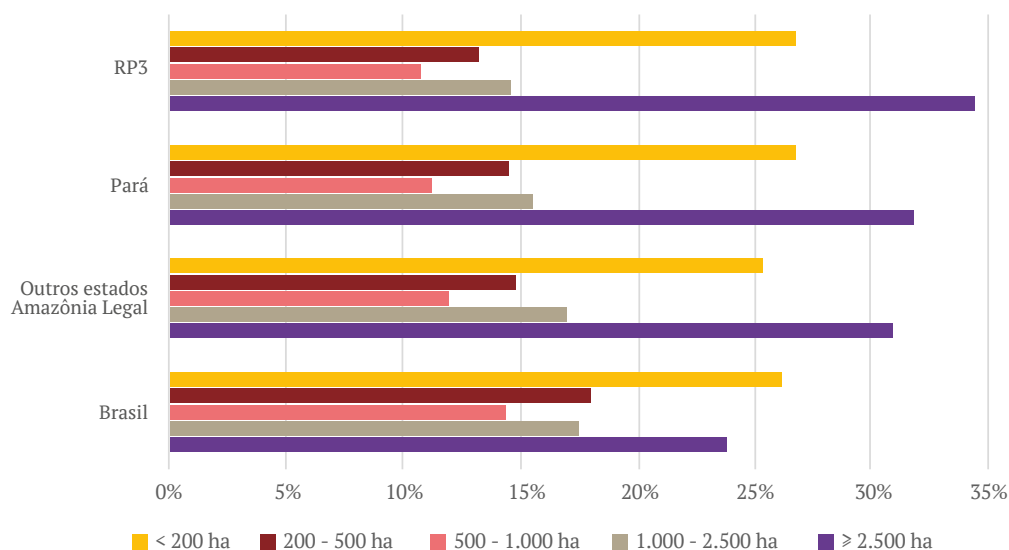


Por meio desse recorte, é possível perceber que, na RP3 e no Pará, propriedades maiores concentram parcela da produção superior à média nacional. Apenas no perfil Brasil o maior número de bovinos está concentrado em propriedades com menos de 500 hectares, indicando uma produção mais intensiva nessa faixa de áreas.

Na RP3, 40% do efetivo bovino está concentrado em propriedades com menos de 500 ha, 11% entre 500 e 1.000 ha, 15% entre 1.000 e 2.500 ha, e 34% em mais de 2.500 ha. Dessa forma, quase a metade das cabeças está concentrada em propriedades com mais de 1.000 ha.

Outra análise possível, a partir dos resultados já divulgados pelo IBGE para o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), é relativa às propriedades de estabelecimentos pecuários com foco em bovinos. A figura 15 ilustra a distribuição de propriedades com bovinos, por faixa de tamanho e local.

Figura 15. Distribuição de estabelecimentos com bovinos por tamanho e local (2017).
Fonte: IBGE (2017a – Tabela 6783).



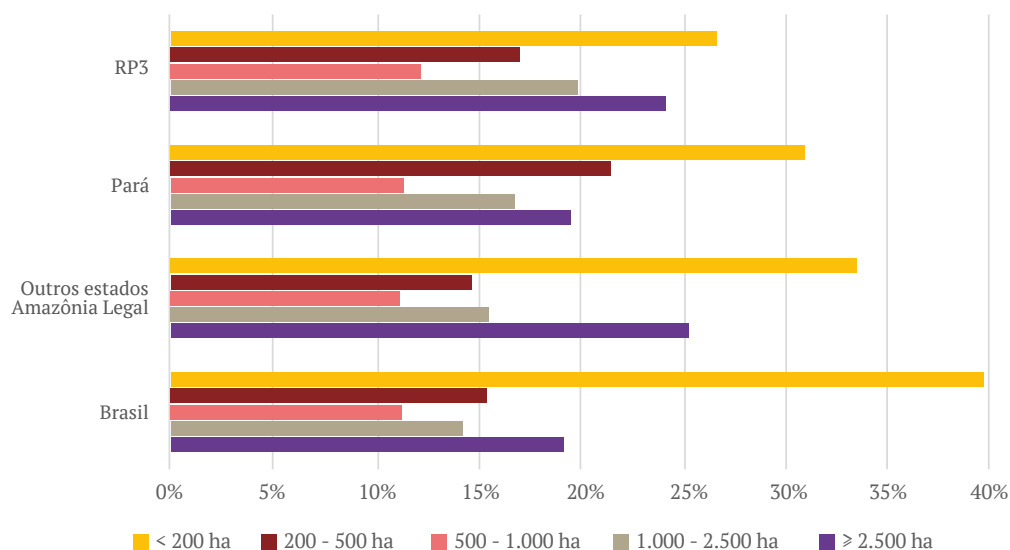
A Região Prioritária 3 apresenta, atualmente, ainda maior concentração em propriedades pequenas, com 77% de propriedades com até 200 hectares. Já na faixa entre 200 e 500 ha, estão localizadas 12,7% das propriedades e, entre 500 e 1.000 ha, estão presentes 4,5%, além de 3,5% entre 1.000 e 2.500 ha, e 2% com mais de 2.500 ha.

42

Em geral, para todas as regiões investigadas, não houve grandes mudanças na distribuição de perfil, ao se realizar uma comparação com 2006. Apesar das categorias analisadas serem diferentes – pecuária em geral (2006) e bovinos (2017) –, a aproximação realizada é válida por conta do peso da criação de gado bovino como principal atividade pecuária do país.

Na relação entre o número de cabeças e o tamanho das propriedades (figura 16), a dinâmica de distribuição se altera. Conforme o esperado, o maior número de cabeças está concentrado nas maiores propriedades. Essa análise atesta a situação fundiária do país: em nenhuma das localidades analisadas, as propriedades com mais de 1.000 hectares foram a maioria (em número), porém, concentram a maior parte do gado.

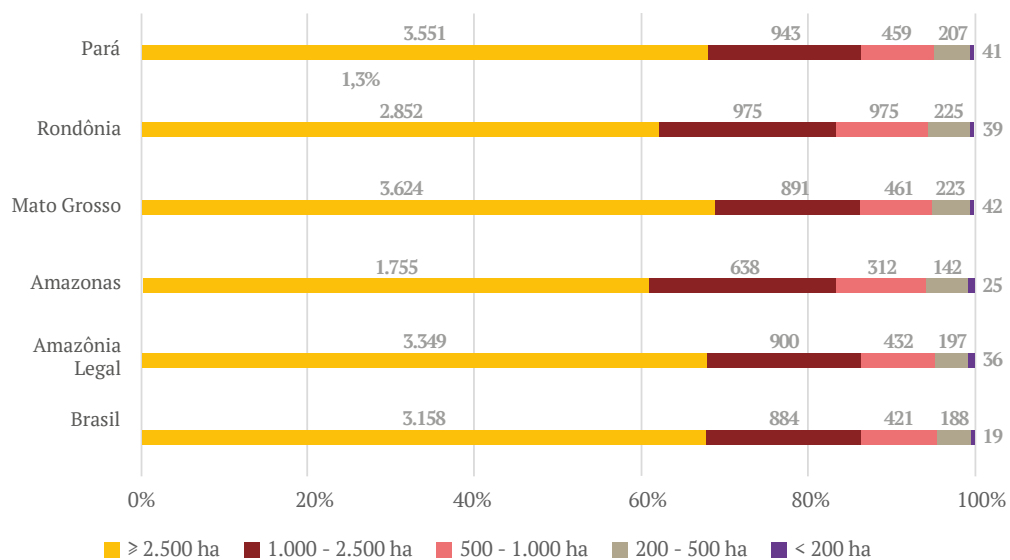
Figura 16. Distribuição de efetivo bovino por tamanho de propriedade e local (2017).
Fonte: IBGE (2017a – Tabela 6783).



Outra análise válida é a de distribuição do tamanho das pastagens frente ao tamanho das propriedades. Em 2017, a área média de pastagens em propriedades de grupos de área selecionados mostra que, como esperado, propriedades maiores concentram a maior parte das áreas de pastagens (figura 17).

43

Figura 17. Área média de pastagens em propriedades por grupo de área e estado (2017).
Fonte: IBGE (2017a – Tabela 6783).



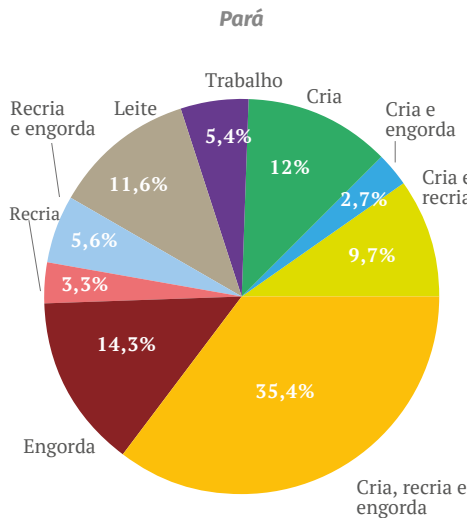
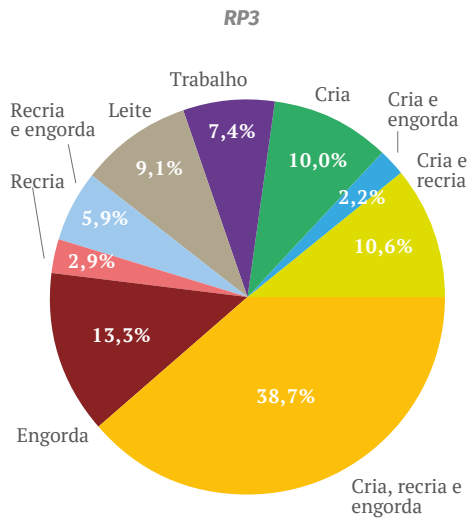
Por conta da forma com que os dados são apresentados pelo IBGE, com faixas de áreas ao invés de valores absolutos de áreas totais das propriedades, não é possível calcular o percentual das propriedades que é ocupado por pastagens em cada um dos tamanhos de propriedades. Entretanto, é provável que propriedades menores tenham um percentual menor de sua área total ocupado com pastagens.

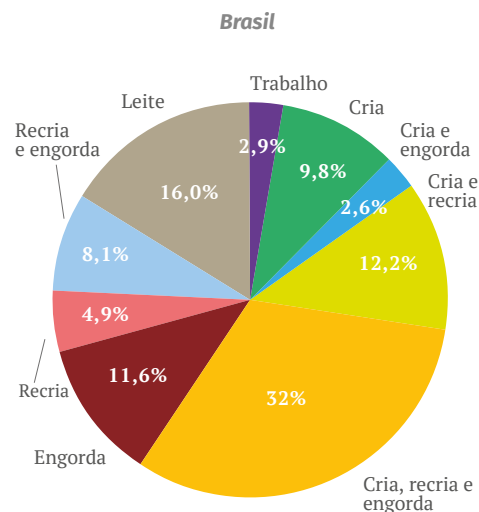
A figura 18 mostra a distribuição de cabeças de gado por finalidade de criação. Nessa análise, estão consideradas, além das etapas da pecuária de corte, as finalidades de leite, trabalho e as possíveis combinações entre as etapas.

Figura 18. Distribuição de cabeças por finalidade da criação (2006).
Fonte: IBGE (2006 – Tabela 927).

Distribuição de cabeças por finalidade de criação

44



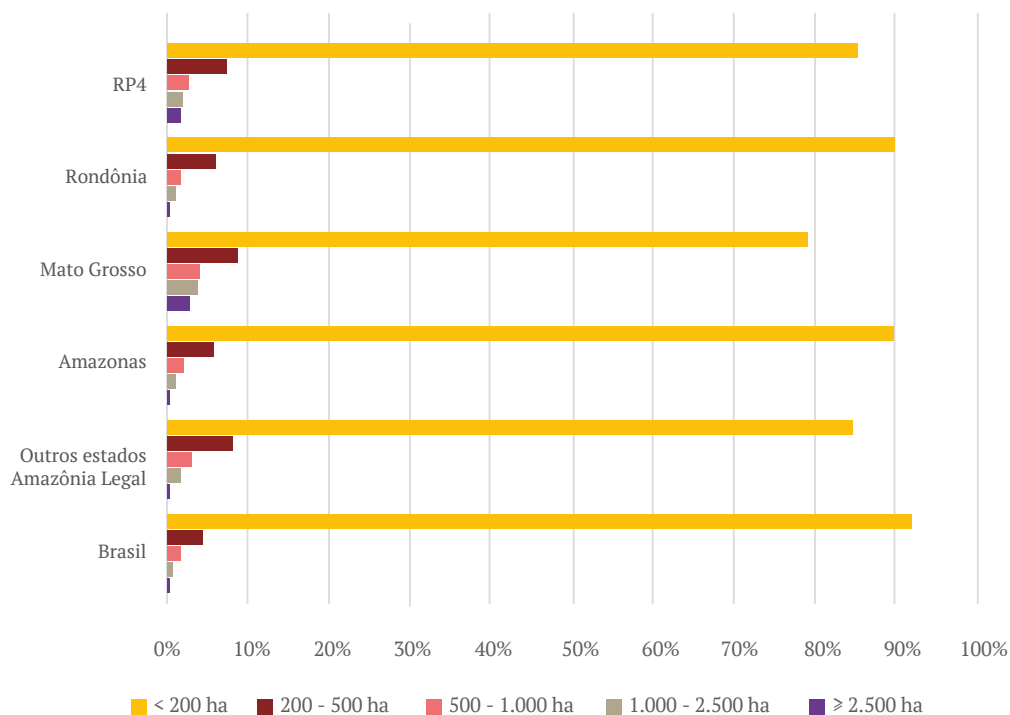


3.2.2 Perfil dos produtores na Região Prioritária 4

As propriedades pecuárias na RP4 se concentram em faixas de tamanho pequenas, com 85,4% de até 200 hectares. Esse perfil de distribuição está alinhado com o perfil dos três estados em que a região possui municípios, principalmente com o Amazonas, por conta de sua maior porção territorial estar localizada no estado (figura 19). Na RP4, além dos 85% com até 200 ha, 7,6% das propriedades têm entre 200 e 500 ha, 3% têm entre 500 e 1.000 ha, 2% têm entre 1.000 e 2.500 ha e 2% possuem mais que 2.500 ha. A Amazônia Legal como um todo segue uma dinâmica bastante similar, com os mesmos percentuais relacionados às faixas de tamanho. O perfil nacional referente a propriedades pecuárias também é parecido, mas está ainda mais centrado em propriedades menores: 92% das propriedades com até 200 hectares.

45

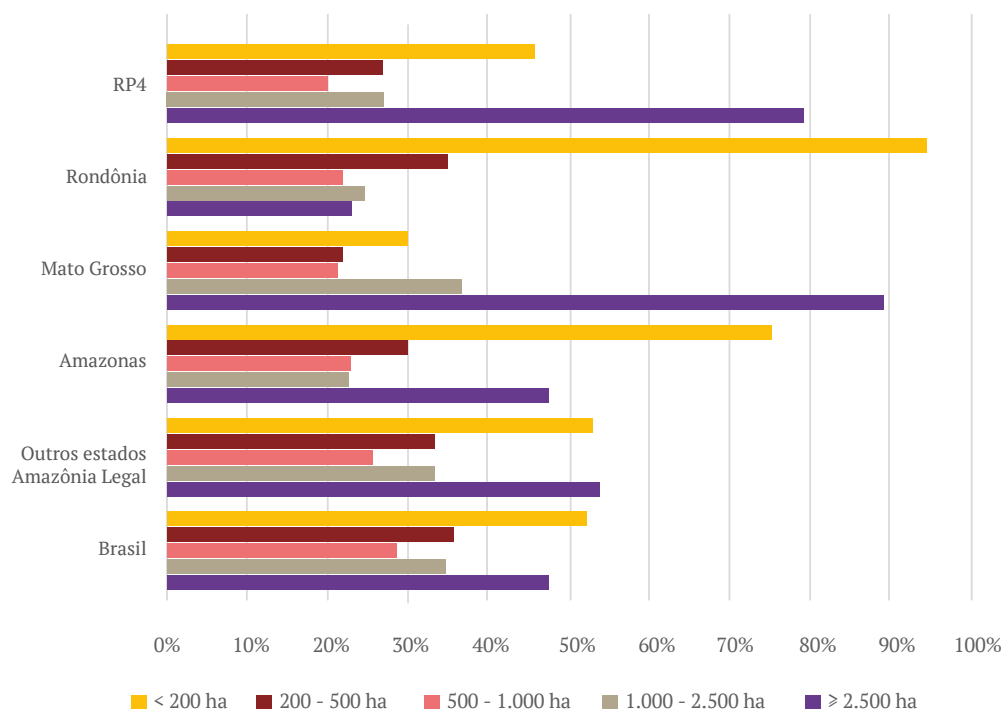
Figura 19. Distribuição de estabelecimentos pecuários por tamanho e local (2006).
Fonte: IBGE (2006 – Tabela 787).



46

A partir de dados disponibilizados pelo IBGE, a análise de distribuição de bovinos por tamanho de propriedades também é possível. Diferentemente da RP3 e da média nacional, na RP4 a maior parte do efetivo está concentrada em propriedades grandes (maiores que 2.500 ha), exceto em Rondônia e no Amazonas, onde a maior parte do rebanho está concentrada em propriedades menores que 200 ha, conforme a figura 20.

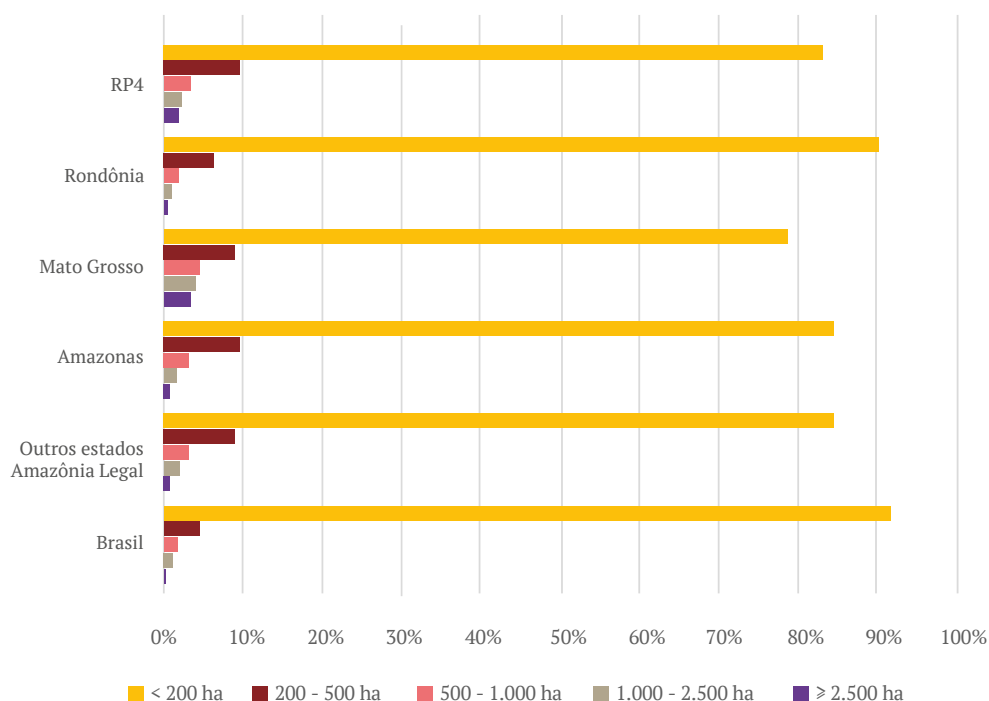
Figura 20. Distribuição de efetivo bovino por tamanho de propriedade e local (2006).
Fonte: IBGE (2006 – Tabela 925).



47

Analisando os dados do Censo Agropecuária de 2017 (figura 21), agora em relação aos estabelecimentos com bovinos, a Região Prioritária 4 apresenta propriedades menores, com uma concentração de 83% na faixa de tamanho de até 200 hectares. Mais uma vez, o perfil da região está bastante alinhado com o perfil dos estados que a compõem, principalmente com o Amazonas, que possui 85% de suas propriedades de bovinos com até 200 hectares. Além disso, 9% das propriedades da RP4 têm entre 200 e 500 ha, 3% têm entre 500 e 1.000 ha, 2% estão entre 1.000 e 2.500 ha e apenas 1,7% tem mais de 2.500 ha.

Figura 21. Distribuição de estabelecimentos com bovinos por tamanho e local (2017).
Fonte: IBGE (2017a – Tabela 6783).

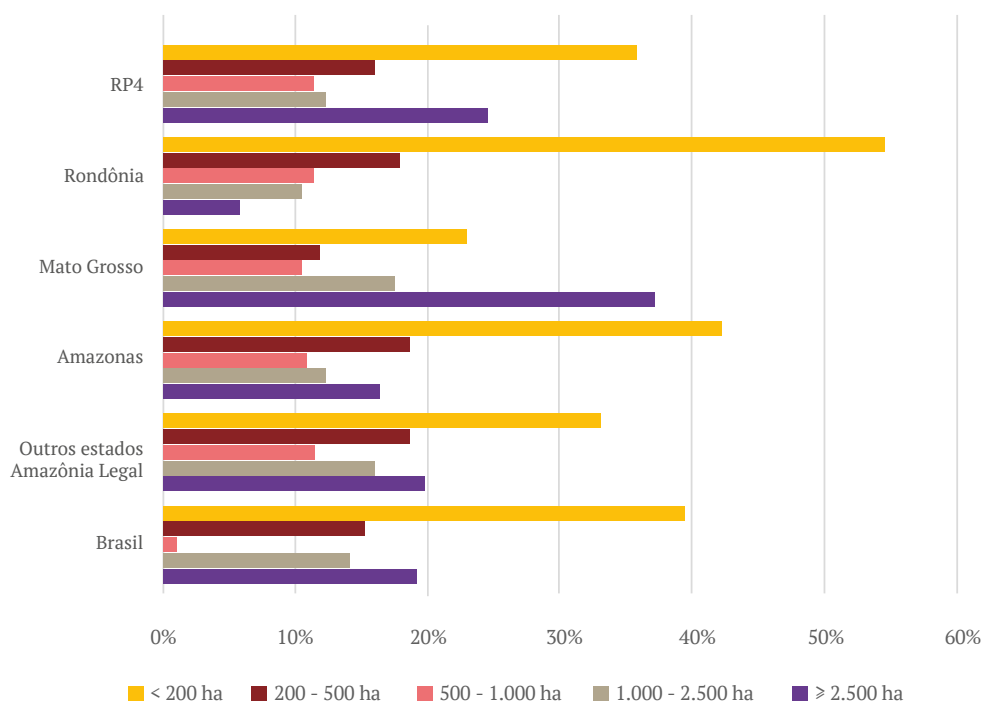


48

A análise da distribuição de cabeças de gado bovino entre as diferentes faixas de tamanhos para propriedades com bovinos está apresentada figura 22. Uma pequena parcela das propriedades (médias-grandes e grandes) detém entre 40% e 60% do rebanho. Em quase todas as regiões analisadas, mais de 30% do efetivo estão localizados em propriedades com mais de 1.000 ha¹³, exceto em Rondônia, onde 16% estão concentrados nessa faixa. A produção pecuária em Rondônia tem uma dinâmica diferente, uma vez que há muitos produtores assentados, que às vezes arrendam suas terras. Tal característica justificaria a concentração em propriedades menores (55% em até 200 ha).

¹³ Soma das categorias 1.000-2.500 ha e >2.500 ha.

Figura 22. Distribuição de efetivo bovino por tamanho de propriedade e local (2017).
Fonte: IBGE (2017a – Tabela 6783).



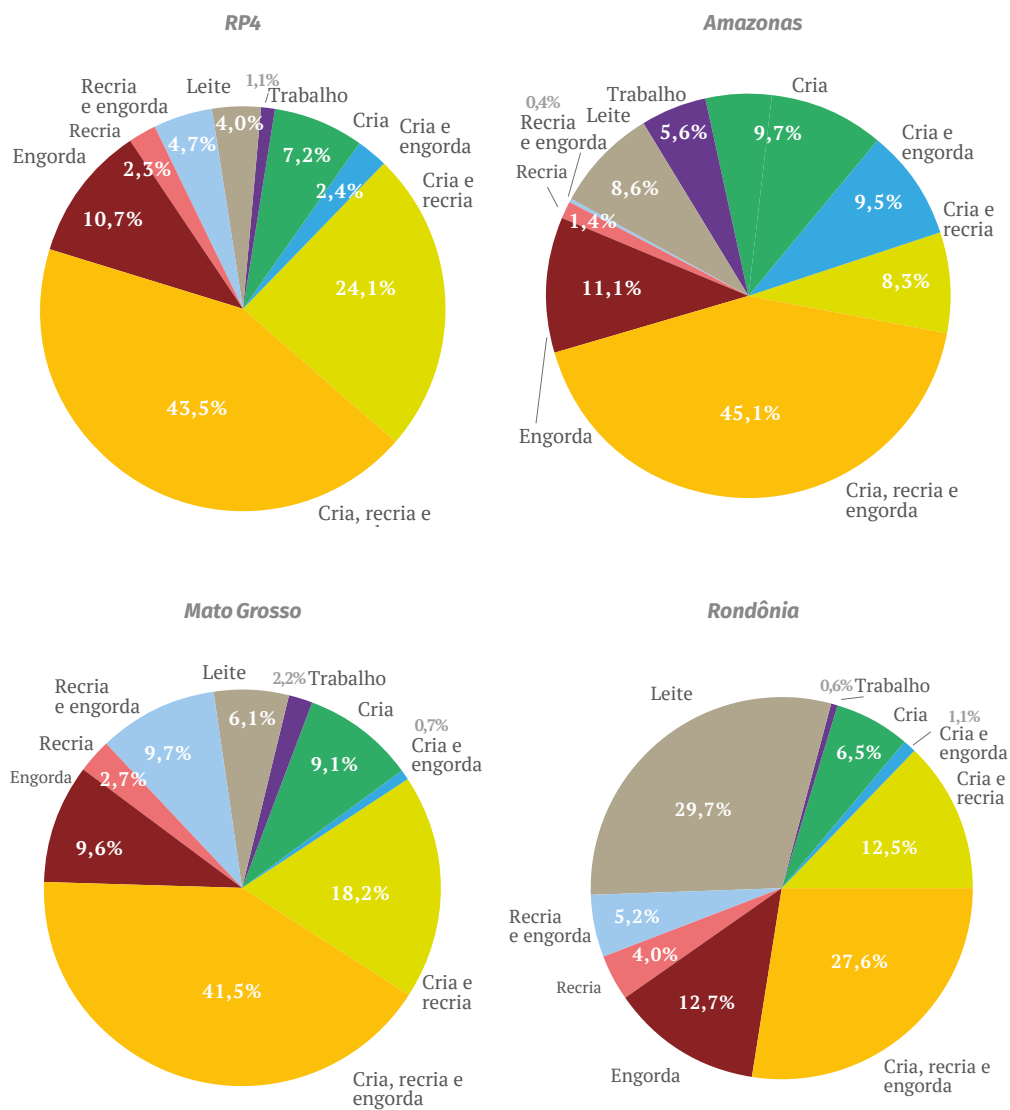
49

A distribuição entre as cabeças de gado para cada finalidade (ou suas combinações) do ciclo produtivo de gado bovino para a RP4 está apresentada no figura 23, de acordo com os dados apresentados pelo IBGE no censo Agropecuário de 2006. Nesta análise, estão consideradas também outras finalidades de criação de gado bovino que não as da pecuária de corte: o leite e o trabalho.

A maior parte (43,5%) dos produtores de gado bovino da RP4 realiza o ciclo completo, contando com as etapas de cria, recria e engorda. Esse padrão se repete no Amazonas (com 45,1%) e em Mato Grosso (com 41,5%). Em Rondônia, predomina a pecuária leiteira, com 29,7%. Os altos índices associados ao ciclo completo (quase a metade da produção) podem estar associados ao fato dos dados serem relativos a 2006. Como dito anteriormente, a produção pecuária na RP4 é relativamente recente e é provável que sua dinâmica tenha se alterado nos últimos 11 anos. Apenas os dados do censo 2017, contudo, possibilitarão essa análise para os anos recentes.

Figura 23. Distribuição de cabeças por finalidade da Criação (RP4) – 2006.
Fonte: IBGE (2006 – Tabela 927).

Distribuição de cabeças por finalidade de criação



Crédito e risco de desmatamento

Segundo o relatório da CDP (2017), o risco reputacional associado ao desmatamento tem maior impacto financeiro do que os riscos regulatórios e físicos nas empresas atuantes no Brasil. Isso sinaliza para o setor financeiro a importância de avaliar esse elemento em empresas com operação no país. Entre as atividades, a pecuária é a mais relacionada com impactos relacionados ao desmatamento. Durante o período de 1985 a 2017, 80% do desmatamento da Amazônia foi convertido para pastagens (Mapbiomas, 2019), o que é ilustrado pela sobreposição do desmate recente com o rebanho municipal nos últimos anos (figura 24).

Discute-se, porém, o efeito indireto da soja no desmatamento, a partir da expansão de pastagens para especulação imobiliária com venda futura para a agricultura. A chegada de infraestrutura, por exemplo, é um fator-chave para investimentos em abertura de novas áreas, como portos (ex.: em Miritituba, no Pará, e Rio Madeira em Rondônia), expectativa de asfaltamento e ferrovias (ex.: Ferrogrão, no oeste paraense). A lógica de abertura de novas áreas inicia com a pastagem, de baixo custo de manutenção, mas com expectativa de viabilidade para culturas agrícolas.

51

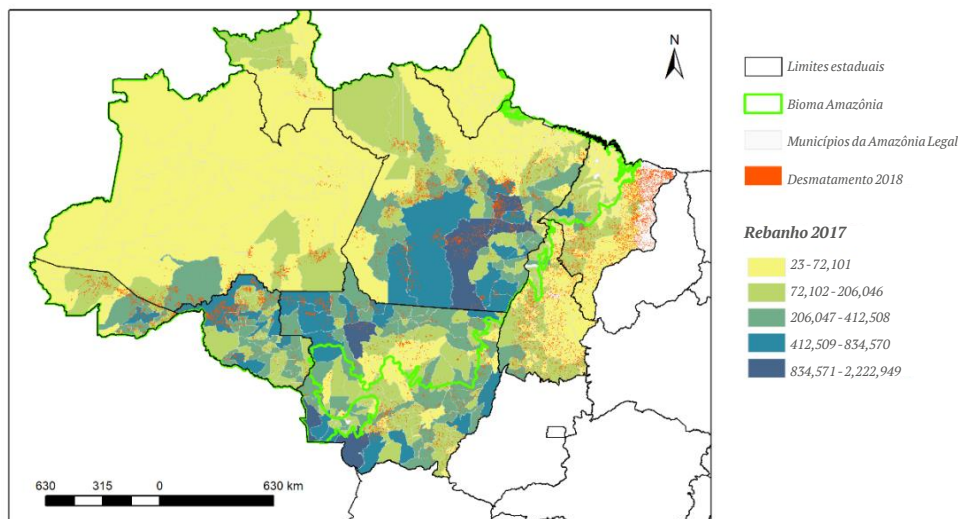


Figura 24. Rebanho bovino e desmatamento.
Fonte: Prodes e PPM/IBGE.

De maneira geral, o aumento da produção pode ser explicado por três fatores: mão de obra, capital (máquinas e crédito como *proxy*) e terras. A partir desse conceito¹⁴, caracterizamos quatro territó-

¹⁴ Também conhecido como função Cobb-Douglas da produção.

rios em escala municipal e as causas para o crescimento do rebanho. Utilizamos o método de agrupamento por *Principal Component Analysis* (PCA), entre 2013 e 2017, para as variáveis: produção e área agrícola (IBGE, 2019), pastagem (Mapbiomas, 2019) e mão de obra (IBGE, 2006; IBGE, 2017)¹⁵. Essa abordagem permite a compreensão de quais municípios expandiram a produção com novas áreas (fator terra) e em quais o aumento da produção tem dependência de capital e mão de obra. É possível, assim, discutir diferentes políticas territoriais para produzir sem necessitar de novas áreas.

Na pecuária, identificamos os municípios que tiveram como causa do crescimento da atividade, a abertura de novos pastos e disponibilidade de mão de obra (grupo 2 da figura 25), a intensa abertura de novas áreas (grupo 3 da figura 25) e a associação do crédito com abertura de novas áreas (grupo 4 da figura 25). Notamos que os municípios dos grupos 3 e 4 apresentam as maiores taxas de desmate e rebanho nos anos recentes (figura 24).

52

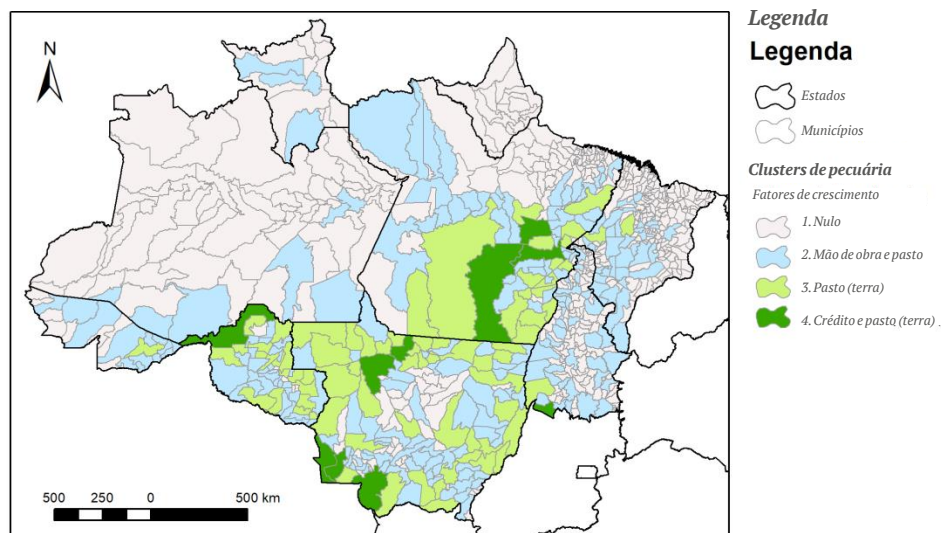


Figura 25. Resultados da PCA para o agrupamento de municípios em função dos fatores de produção, entre 2013 e 2017.

Fonte: Elaborado com dados do Bacen, PNAD/IBGE e área de pastagem do Mapbiomas.

Box 2. O desafio da especulação e da grilagem

Aproximadamente 24% do desmatamento da Amazônia ocorre em terras públicas não destinadas¹⁶, ou seja, de maneira ilegal e com indicativo de especulação imobiliária, na esperança de regularização fundiária. Ainda há uma parte do desmatamento que ocorre em áreas protegidas ou em áreas sem informação, também indicando ilegalidade na atividade (Azevedo et al, 2016). O primeiro passo para eliminar essa parcela significativa do desmatamento é fomentar a governança local, acabando com a possibilidade de grilagem em áreas sem destinação. Ocorre que não sabemos quanto dessas áreas, normalmente com formação

¹⁵ Para a série histórica de mão de obra, foi utilizada a projeção linear entre os censos de 2006 e 2017.

¹⁶ Estimativa com dados do Prodes para o ano de 2017.

de pastagem após o desmatamento, estão utilizando crédito público para custeio. A hipótese é que o investimento em formação de pastagem é feito com recurso próprio. Vale lembrar que, de acordo com nossas estimativas, 40% do investimento na pecuária são feitos dessa forma (figura 5).

É necessário o aprofundamento de estudos sobre a relação de financiamento da ocupação para grilagem com o uso de recurso público. O perfil do especulador, importante ressaltar, difere do produtor rural, na maioria dos casos. Enquanto o foco do especulador é converter a terra, assegurar posse ou forjar a propriedade da terra para venda posterior, o produtor rural que converte se mantém no local e investe na produção, geração de emprego e governança local. Assim, a recomendação é que se monitore as atividades produtivas em áreas onde o desmatamento não é permitido.

Um caminho inicial para a redução da grilagem de terras seria a destinação e regularização de terras públicas não destinadas, conforme discutido por Azevedo-Ramos & Moutinho (2018).

Regiões com expectativa de expansão da soja

Em regiões onde o cultivo de soja ainda ocorre de forma incipiente, com a produção atingindo volumes relativamente baixos – como Acre, sul do Amazonas e BR-163 –, é interessante a realização de um monitoramento periódico, para análise da evolução de uso e ocupação na região. Atualmente a ocupação de áreas para o cultivo de soja em ambos os estados vem ocorrendo em pastagens degradadas. A evolução do cultivo nesses territórios, porém, somada à chegada de produtores de outras regiões do país, pode alterar essa dinâmica, abrindo margem para a ocorrência de desmatamento. Dessa forma, as áreas de produção incipiente na Amazônia Legal não devem deixar de ter atenção somente em razão de seus volumes de produção pouco expressivos.

Recomendações

Com o objetivo de cumprir regras de adequação socioambiental, demandas do mercado e de órgãos reguladores, o crédito pode ser o grande fator para estabelecer uma produção com práticas sustentáveis no longo prazo. Para tanto, é preciso que novas formas de financiamento sejam desenvolvidas, incluindo: redesenhar os subsídios ao crédito rural; dar escala a instrumentos privados para investimento com menor risco e maior garantia; e ampliar os mecanismos inovadores, com base nos instrumentos já previstos pelo SNCR. Vale ressaltar que é mais fácil incidir sobre o financiamento que se dá via SNCR (60% dos recursos destinados à pecuária), já que o financiamento via instituições não financeiras é quase inexistente. Sobre o uso de recursos próprios, a governança é limitada. Assim, uma solução seria diminuir o mercado por áreas para especulação, por meio da redução da disponibilidade de áreas públicas (Azevedo-Ramos e Moutinho, 2018). Outra solução seria aumentar a oferta de crédito, quando os controles são mais rigorosos.

Com o intuito de aumentar a segurança jurídica para a produção, os órgãos governamentais precisam avançar na validação do CAR de propriedades rurais para viabilizar a avaliação do cumprimento da lei pelas propriedades financiadas. Na sequência, necessitam avançar no **licenciamento ambiental**, tornando-o mais eficiente e seguro, a fim de que as empresas e instituições financeiras possam sinalizar riscos na cadeia de fornecedores e clientes, impactando a avaliação de risco e taxas de juros.

55

Ademais, **os bancos ainda precisam avançar na consolidação de uma ferramenta de análise de risco de desmatamento associado ao financiamento**, conforme a Febraban tem trabalhado recentemente para atender a Resolução 4.327/2014. Tais ferramentas, se mais de uma, precisam considerar o contexto de governança regional e os riscos climáticos – algo que pode ser incorporado no seguro agrícola. Para fins comparativos, é importante definir parâmetros comuns aos diferentes sistemas de monitoramento e avaliação que os bancos utilizam.

5.1 Redesenhar o financiamento agropecuário e as subvenções

Para além das recomendações aos órgãos reguladores e exigências bancárias, o governo e o setor financeiro precisam repensar a forma de financiamento de maneira a incluir melhores condições às práticas produtivas sustentáveis. Nesse contexto, o governo pode reestruturar o sistema de subsídios conforme sinalizou recentemente para diversos setores, incluindo o agronegócio. Cerca de 15% do crédito agrícola representa subsídio governamental, principalmente para equalização da taxa de juros. De maneira planejada, é possível reduzir os subsídios públicos no setor por meio da

atribuição de valores econômicos e financeiros aos ativos ambientais. Por exemplo, parte ou o total de subsídios de fontes já descritas neste relatório poderia considerar cumprimento legal e existência de ativos ambientais (excedente à reserva legal) como critério para financiamento.

Havendo mudanças na legislação brasileira que permitam utilizar os ativos ambientais para compensação de emissões (*offsets*), é possível utilizá-los alinhados com o plano da Organização da Aviação Civil Internacional (Icao) para compensar suas emissões – um mercado estimado em US\$ 1,6 bilhão. Dessa forma, é possível pensar em incentivos à conservação e no cumprimento da legislação ambiental com atração de novos investimentos à produção.

5.2 Dar escala a instrumentos privados de financiamento da agropecuária

56 Como visto, o financiamento público já não é responsável pelo maior volume de crédito na agropecuária, logo, não será suficiente para a transição de uma produção convencional para uma mais sustentável. Portanto, é necessário alavancar investimentos privados. Existem alguns exemplos de iniciativas privadas para a sustentabilidade na produção. Um exemplo é a estratégia Produzir, Conservar e Incluir, de Mato Grosso, que recentemente foi transformada em instituto e que busca projetos para fomentar a produção sustentável, conservação e inclusão de pequenos produtores. Há fundos de investimento como os da Kaeté, da Althelia e o AndGreen (&Green), que, por meio de estratégias diferentes, também visam a fomentar a produção sustentável. Um exemplo de mecanismo que utiliza essa premissa para financiar a produção, no caso da pecuária, é a parceria entre a empresa Pecsca e os produtores pecuaristas. A empresa faz a gestão da propriedade, investe na melhoria produtiva, garante o cumprimento da legislação ambiental e o uso de boas práticas e, a partir do incremento na produtividade e, conseqüentemente, do lucro do empreendimento, distribui os ganhos entre os pecuaristas e os investidores¹⁷. O grande desafio é dar escala a iniciativas como essa.

5.3 Ampliar os mecanismos inovadores

Conforme citado, há diversos instrumentos financeiros já previstos pelo SNCR e em revisão. Listamos aqui três com potencial para financiar uma produção mais sustentável: CRA, LCA e seguro agrícola. Por exemplo, a utilização de CRA lastreados em Cédula de Produto Rural (CPR) de produ-

¹⁷ Ver: <https://pecsa.com.br/pt/>.

tores que utilizam práticas sustentáveis para o cultivo da soja é uma possibilidade importante. O laboratório de inovação financeira da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem discutido a possibilidade de uso de uma CRA verde. Em relação à LCA, a CVM também tem discutido o desembolso condicionado à utilização de práticas sustentáveis na produção. Por fim, o seguro agrícola poderia oferecer condições preferenciais para a agricultura sustentável, o que poderia aumentar a adoção de seguros e incentivar práticas sustentáveis. As melhores condições poderiam incluir redução de custos administrativos e recompensar uma maior parcela de perdas para propriedades que cumprem a legislação ambiental ou que tenham menor risco climático. As companhias de seguros e os bancos poderiam fornecer produtos mais ajustados aos riscos produtivos e outras práticas relacionadas à sustentabilidade.

5.4 Recomendações na cadeia da pecuária

Engajar instituições financeiras em estratégias de financiamento para recuperação de pastagem, criação de gado sustentável e intensificação da produção. Atualmente, poucas iniciativas focam em incentivar a recuperação de pastagens e em sistemas intensivos integrados sustentáveis, como a integração lavoura-pecuária e a integração lavoura-pecuária-floresta. O Programa ABC é um deles, porém, com atuação limitada na Amazônia Legal, relacionada à falta de informações sobre seu funcionamento e possibilidades. A expansão de estratégias e linhas de crédito para a aceleração e o aumento da transição entre sistemas de produção extensiva para sistemas intensivos são necessários.

Engajar atores da cadeia. Os grandes frigoríficos nacionais, como JBS, Minerva e Marfrig, são os grandes compradores de gado e são o ponto de contato com os produtores. Essas empresas, consolidadas e com participação significativa no mercado, podem induzir a melhoria produtiva por meio de recomendações e engajamento na cadeia. Essas empresas têm o poder de decisão sobre a qualidade e a procedência do gado que adquirem e, dessa forma, podem exigir padrões de qualidade e produção de seus fornecedores.

Fortalecer iniciativas existentes. Conforme citado anteriormente, existem iniciativas já existentes que visam a aumentar a sustentabilidade da produção. Ainda que não necessariamente vinculadas ao crédito, essas iniciativas estimulam a melhoria produtiva, de gestão e adequação legal. Incentivar que esse tipo de iniciativa seja adotada pelo mercado pode trazer impactos positivos em toda a cadeia. Para citar apenas duas, temos o GTPS com o GIPS, cujo objetivo é a melhoria contínua da atividade, resultando assim numa pecuária com sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Referências

Amapá, 2018. Pecuária amapaense torna-se atrativa após status de 'livre da febre aftosa'. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0204/pecuaria-amapaense-torna-se-atrativa-apos-status-de-livre-da-febre-aftosa>.

Anbima, 2018. Boletim de Mercado de Capitais, junho de 2018. Disponível em: http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/relatorios/mercado-de-capitais/boletim-demercado-de-capitais/debentures-respondem-por-57-das-captacoes-em-2018.htm.

Andersen, L. E. The Causes of Deforestation in the Brazilian Amazon. The Journal of Environment & Development; 5; 309, 1996.

Assunção, J. et al, 2013. Does Credit Affect Deforestation? Evidence from a Rural Credit Policy in the Brazilian Amazon. Disponível em: climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2013/01/Does-Credit-Affect-Deforestation-Executive-Summary-English.pdf.

Bacen, 2019. Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor) – Matriz de crédito rural – custeio e investimento por município e finalidade. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>.

Bacen, 1986. Resolução 1.188, de 5 de setembro de 1986: Institui a Caderneta de Poupança Rural com o Objetivo de Captar Recursos Destinados ao Desenvolvimento da Agricultura, Conforme as Diretrizes Estabelecidas no Plano de Metas do Governo Federal. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=1188>.

Bacen, 2008. Resolução 3.545: Altera o MCR 2-1 para Estabelecer Exigência de Documentação Comprobatória de Regularidade Ambiental e Outras Condicionantes, para Fins de Financiamento Agropecuário no Bioma Amazônia. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=108019002&method=detalharNormativo>.

Bacen, 2014. Resolução 4.327, de 25 de abril de 2014: Dispõe Sobre as Diretrizes que Devem Ser Observadas no Estabelecimento e na Implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas Instituições Financeiras e Demais Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central Do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4327>.

Barreto, Paulo; e Daniel Silva Silva, 2013. Como Desenvolver a Economia Rural Sem Desmatar a Amazônia? Belém, PA, Brasil: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Disponível em: goo.gl/qjkJpG.

Brasil, 1965. Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965: Institucionaliza o Crédito Rural. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14829.htm.

Brasil, 1986. Decreto-Lei 2.288, de 23 de julho de 1986: Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, Institui Empréstimo Compulsório para Absorção Temporária de Excesso de Poder Aquisitivo, e Dá Outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2288.htm.

Brasil, 1987. Decreto-Lei 2.383, de 17 de dezembro de 1987: Dispõe Sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), e Dá Outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2383.htm.

Brasil, 1989. Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989: Regulamenta o Art. 159, Inciso I, Alínea c, da Constituição Federal, Institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e Dá Outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7827.htm.

Brasil, 1990a. Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990: Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, Institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Dá Outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7998.htm.

Brasil, 1990b. Lei 8.019, de 11 de abril de 1990: Altera a Legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Dá Outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8019.htm.

60 Brasil, 1991a. Decreto 193, de 21 de agosto de 1991: Regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), Criado Pelo Decreto-Lei 2.288, de 23 de julho de 1986, e Dá Outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0193.htm.

Brasil, 1991b. Lei 8.352 de 28 de dezembro de 1991: Dispõe Sobre as Disponibilidades Financeiras do Fundo de Amparo Ao Trabalhador (FAT) e Dá Outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8352.htm.

Brasil, 1994. Lei 8.929, de 22 de agosto de 1994: Institui a Cédula de Produto Rural e Dá Outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8929.htm.

Brasil. 2003. Decreto 4.892, de 25 de novembro de 2003: Regulamenta a Lei Complementar 93, de 4 de fevereiro de 1998, Que Criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e Dá Outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4892.htm.

Brasil, 2004. Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004: Dispõe Sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, Dá Nova Redação a Dispositivos das Leis 9.973, de 29 de maio de 2000, Que Dispõe Sobre o Sistema de Armazenagem dos Produtos Agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, Que Dispõe Sobre a Concessão de Subvenção Econômica nas Operações de Crédito Rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, Que Institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, Que Dispõe Sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e Institui a Alienação Fiduciária de Coisa

Imóvel e Altera a Taxa de Fiscalização de Que Trata a Lei 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e Dá Outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11076.htm.

BRF, 2016. Formulário de Referência. Disponível em: http://ri.brf-global.com/wpcontent/uploads/sites/38/2018/06/BRF_FRE_2016_v1.pdf.

Buainain, Antônio Márcio; Mário Otávio Batalha. Brazil, and Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture, eds. 2007. Cadeia Produtiva da Carne Bovina. Série Agronegócios, vol. 8, Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, Secretaria de Política Agrícola - SPA: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B0585p/B0585p.pdf>.

Canal Rural, 2016. Roraima investe pesado na pecuária de corte. Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/programas/roraima-investe-pesado-pecuaria-corte-63788/>.

CDP, 2017. Gestão de riscos de desmatamento: Análise das empresas respondentes ao Programa Forest do CDP. Disponível em: lowcarbonbrazil.com.br/docs/pdf/L06_CDP_Gestao_riscos_fi-nal_18_01.pdf.

Embrapa, 2015. A Pecuária Familiar no Estado do Amapá. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/130384/1/CPAF-AP-2015-DOC-84-pecuaria-familiar-v3.pdf>.

Embrapa e Inpe, 2018. Terra Class 2014 - Levantamento de Informações de Uso e Cobertura da Terra na Amazônia. Disponível em: http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/terraclass2014.php.

Exame, 2017. No agronegócio, chegou a vez do Minerva Foods. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/chegou-a-vez-dele/>.

Faema/Senar, 2016. Panorama da bovinocultura maranhense e os desafios da administração rural. Disponível em: <https://senar-ma.org.br/panorama-da-bovinocultura-maranhensee-os-desafios-da-administracao-rural/>.

Febraban, 2018. Instituições financeiras e a gestão do risco de desmatamento. Disponível em: http://lowcarbonbrazil.com.br/docs/pdf/FINAL_instituicoes_financ.pdf.

G1, 2017. Com rebanho de quase 350 mil cabeças, Amapá importa 50% da carne consumida. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/com-rebanho-de-quase-350-milcabecas-ama-pa-importa-50-da-carne-consumida.ghtml>.

G1, 2017a. Produtores apostam na criação de gado em confinamento no Tocantins. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/criacoes-de-gado-em-confinamentocrescem-500-no-tocantins.ghtml>.

Gibbs, Holly K.; Jacob Munger; Jessica L'Roe; Paulo Barreto; Ritaumaria Pereira; Matthew Christie; Ticiane Amaral; e Nathalie F. Walker, 2016. Did Ranchers and Slaughterhouses Respond to Zero-

-Deforestation Agreements in the Brazilian Amazon?: Brazil's Zero-Deforestation Pacts. *Conservation Letters* 9 (1): 32–42. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/conl.12175>.

Governo do Maranhão, 2015. Exportação de boi vivo pelo Porto do Itaqui abre novo mercado para pecuária maranhense. Disponível em: <http://www.aged.ma.gov.br/exportacaode-boi-vivo-pelo-porto-do-itaqui-abre-novo-mercado-para-pecuaria-maranhense/>.

IBGE, 2006. Censo agropecuário. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxn2z6fh>.

IBGE, 2017. Censo agropecuário. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6zky4jd>.

IBGE, 2019. Pesquisa Agrícola Municipal. Disponível em: <https://tinyurl.com/yco4pbdu>.

IBGE, 2019. Pesquisa Pecuária Municipal. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6r2tyxg>.

Inpe, 2018. Projeto Prodes: Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Disponível em: 2018. <http://www.obt.inpe.br/prodes/>.

Istoé, 2018. Brasil amplia área agrícola que usa técnicas sustentáveis. Disponível em: <https://istoe.com.br/brasil-amplia-area-agricola-que-usa-tecnicas-sustentaveis/>.

Mapbiomas, 2019. Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. Disponível em: <http://mapbiomas.org>.

62

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), 2009. BNDES amplia exigências para apoio à cadeia produtiva da pecuária bovina. Notícia de 22/07/2009. Disponível em: <http://tinyurl.com/yhthuy1>.

Prates, R.C. O desmatamento desigual na Amazônia brasileira: sua evolução, suas causas e consequências sobre o bem-estar. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

Seagro, 2015. No Dia da Pecuária, o Tocantins destaca os números com ênfase no rebanho bovino. Disponível em: <https://seagro.to.gov.br/noticia/2015/10/14/no-dia-da-pecuaria-otocantins-destaca-os-numeros-com-ênfase-no-rebanho-bovino/>.

Silva, J. 2009. Economic Causes of Deforestation in the Brazilian Amazon: An Empirical Analysis of the 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6228523.pdf>.

Soares-Filho, B. et al, 2013. Cenários para a Pecuária de Corte na Amazônia. ICG/UFMG. 29p. Disponível em: <http://csr.ufmg.br/pecuaria/pdf/contexto.pdf>.

Stabile, Marcelo C. C.; Andréa Aguiar Azevedo; e Daniel C. Nepstad, 2012. O programa ‘Agricultura de baixo carbono’ do Brasil: Barreiras para sua implementação. Brasília-DF, Brasil: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Disponível em: <http://bit.ly/IPAMP651>.

Termo de Ajuste de Conduta (TAC) promovido pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2009.

Valentim, J. F., 2006. Produção e Potencial para a Agropecuária no Acre. Relatório para o Programa Estadual de Zoneamento Econômico – Ecológico do Estado do Acre Fase II. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/125911/1/25688.pdf>.

Valor Econômico, 2018. Já começa a faltar crédito rural a juros controlados. Disponível em: <https://www.valor.com.br/agro/6023727/ja-comeca-faltar-credito-rural-juroscontrolados>.

Vilela, S. B., 2012. A Expansão Da Pecuária No Acre e as Políticas Públicas de Financiamento: Breve Análise. Monografia de Bacharelado. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/am/10483/3933/1/2012_ShirleyBranaVilela.pdf.

Anexo I

Lista de municípios das regiões prioritárias

Municípios da Região Prioritária 3 – Sul do Pará	
1. Altamira (PA)	12. Redenção (PA)
2. Anapu (PA)	13. Rio Maria (PA)
3. Bannach (PA)	14. São Félix do Xingu (PA)
4. Brasil Novo (PA)	15. São Geraldo do Araguaia (PA)
5. Cumaru do Norte (PA)	16. Sapucaia (PA)
6. Medicilândia (PA)	17. Senador José Porfírio (PA)
7. Novo Repartimento (PA)	18. Tucumã (PA)
8. Ourilândia do Norte (PA)	19. Uruará (PA)
9. Pacajá (PA)	20. Vitória do Xingu (PA)
10. Pau d'Arco (PA)	21. Xinguara (PA)
11. Piçarra (PA)	

65

Municípios da Região Prioritária 4 - Divisa AM, RO e MT	
1. Apuí (AM)	13. Juruena (MT)
2. Boca do Acre (AM)	14. Nova Bandeirantes (MT)
3. Canutama (AM)	15. Nova Monte Verde (MT)
4. Humaitá (AM)	16. Paranaíta (MT)
5. Lábrea (AM)	17. Rondolândia (MT)
6. Manicoré (AM)	18. Alto Paraíso (RO)
7. Novo Aripuanã (AM)	19. Candeias do Jamari (RO)
8. Apicás (MT)	20. Cujubim (RO)
9. Aripuanã (MT)	21. Machadinho d'Oeste (RO)
10. Castanheira (MT)	22. Porto Velho (RO)
11. Colniza (MT)	23. Rio Crespo (RO)
12. Cotriguaçu (MT)	

Anexo II

Perfil das instituições financeiras

Banco do Brasil

Categoria: Banco Múltiplo

Propriedade: estatal

Sede: Brasil

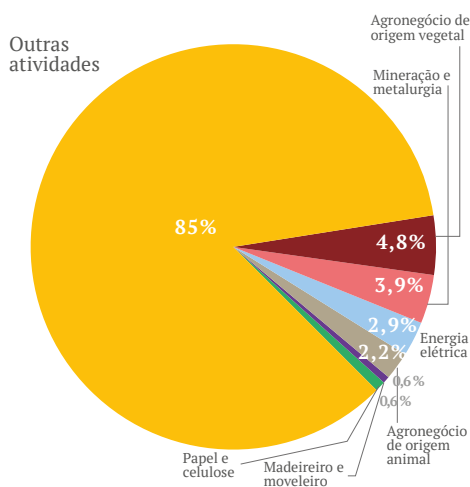
nº de funcionários: 101.247

nº de filiais: 4.770 em todos os estados

Ativos totais: R\$ 1.369 bilhão (dez/2017)



Participação de diferentes setores na carteira de crédito do Banco do Brasil (2017)



Gerenciamento de riscos socioambientais

- Instituição com maior participação no crédito rural no Brasil. O banco foca em pequenos e médios produtores.
- Analisando o repasse de recursos na finalidade custeio do crédito rural pelo Banco do Brasil em 2016/17, em relação a cultivos/produtos, 31% foi destinado à lavoura da soja e 28% à criação de bovinos. Em relação à distribuição por estado, Mato Grosso recebeu 10% dos recursos do banco.
- O Banco do Brasil, no momento de conceder crédito, exige dos produtores licenças ambientais, outorgas de uso de água, a não inclusão na lista suja do Ministério do Trabalho e na lista de áreas embargadas pelo Ibama, e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- O banco possui mais de 200 especialistas em agricultura e pecuária em suas agências, responsáveis pela primeira avaliação do produtor. Todos os clientes rurais são analisados anualmente, incluindo visitas técnicas às propriedades para definição da exposição a riscos, capacidade de gerenciamento e limites de crédito. As operações que envolvem riscos mais altos são trazidas a comitês estaduais e, em alguns casos, à sede em Brasília.

- Operações de crédito em biomas sensíveis são analisadas por uma equipe especializada em São Paulo, a fim de evitar riscos éticos. O banco possui ferramentas específicas para avaliar riscos climáticos para clientes rurais.
- O BB é signatário da Moratória da Soja e do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS).

Banco da Amazônia

Categoria: Banco Múltiplo

Propriedade: estatal

Sede: Brasil

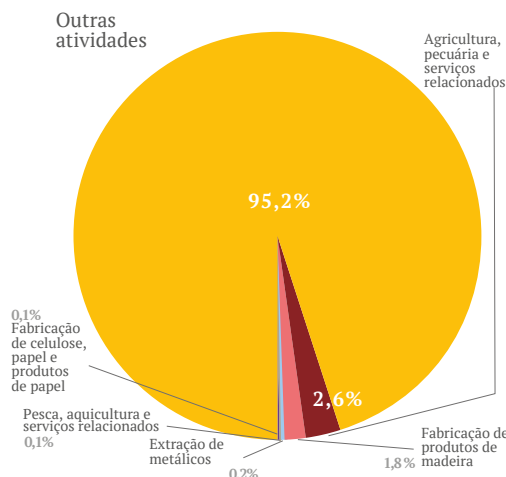
nº de funcionários: 2.971

nº de filiais: 124 em 10 estados

Ativos totais: R\$ 16,9 bilhões (dez/2017)



Participação de diferentes setores na carteira de crédito do Banco da Amazônia (2017)



68

Gerenciamento de riscos socioambientais

- Analisando o repasse de recursos na finalidade custeio do crédito rural pelo Banco da Amazônia em 2016/17 em relação a cultivos/produtos, 42% foi destinado à lavoura da soja. Em relação à distribuição por estado, Mato Grosso recebeu 10% dos recursos do banco.
- O banco possui uma Política de Crédito Socioambiental, que estabelece o comprometimento da instituição com financiamento social e sustentável. O banco prioriza os investimentos em atividades econômicas alinhadas com princípios sustentáveis.
- Projetos de infraestrutura de grande porte, que promovem benefícios de integração regional porém apresentam nível elevado de complexidade e impacto ambiental, como desmatamento da Amazônia e do Cerrado, passam por processos de *Due Diligence* mais aprofundados.
- Para prover o crédito, o Banco da Amazônia primeiramente realiza uma análise socioambiental da proposta de crédito por meio da aplicação de um questionário. A instituição pode, então, avaliar o nível de conformidade das propriedades rurais em relação à legislação ambiental, o impacto do projeto a ser financiado, a capacidade de gerenciamento e, por fim, determinar as condições para os desembolsos.
- O banco exige do produtor, além de outros documentos legais: licenças ambientais, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a declaração de regularização fundiária na Amazônia e, quando a propriedade é próxima de uma terra indígena, um atestado administrativo.

Banco do Nordeste

Categoria: Banco Múltiplo

Propriedade: estatal

Sede: Brasil

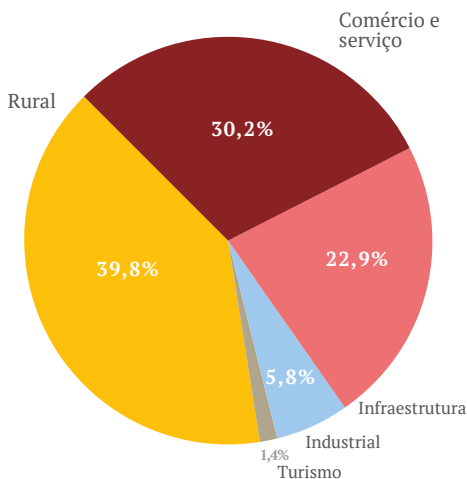
nº de funcionários: 7.221

nº de filiais: 860 em 11 estados

Ativos totais: R\$ 46,3 bilhões (dez/2016)



Participação de diferentes setores na carteira de crédito do Banco do Nordeste (2017)



69

Gerenciamento de riscos socioambientais

- Analisando o repasse de recursos na finalidade custeio do crédito rural pelo Banco do Nordeste em 2016/17 em relação a cultivos/produtos, 30% foi destinado à lavoura da soja.
- A política de responsabilidade socioambiental do banco ratifica o seu comprometimento com o estabelecimento de melhores condições de financiamento para projetos que apresentam impactos socioambientais positivos e boa gestão.
- O banco apresenta medidas de restrição a projetos envolvidos com degradação ambiental em áreas rurais estabelecidas em municípios que integram núcleos de desertificação, definidos no Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação.
- Para prover o crédito, o banco exige licenças ambientais e realiza visitas técnicas antes e durante os desembolsos e após a implementação do projeto. O objetivo é verificar a ocorrência de desmatamento ilegal, manutenção inadequada de reservas legais, contaminação de água e solo, além de outras questões.
- Se a instituição encontra irregularidades após a análise dos documentos e informações prestadas, novas concessões de crédito podem ser suspensas ou o caso pode ser encaminhado para verificação interna.

Caixa Econômica Federal

Categoria: Banco Múltiplo

Propriedade: Estatal

Sede: Brasil

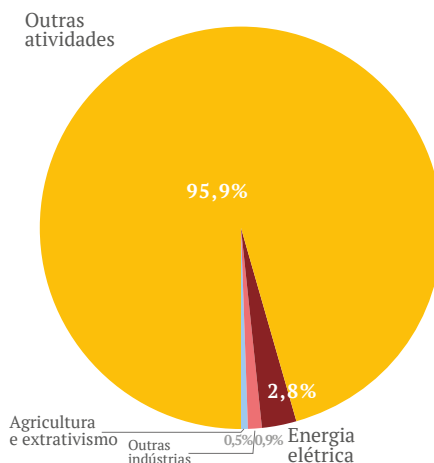
nº de funcionários: 96.000

nº de filiais: 4.200 em todos os estados

Ativos totais: R\$ 1,261 bilhão(Dez/2017)



Participação de diferentes setores na carteira de crédito da Caixa Econômica (2017)



70

Gerenciamento de riscos socioambientais

- A Caixa Econômica Federal possui um time de agrônomos para gerenciar operações agrícolas. Dependendo do volume do desembolso, as operações agrícolas são analisadas em agências locais ou na sede do banco. Esse processo é auditado anualmente.
- As operações de financiamento agrícola do banco contam com assistência técnica para o produtor.
- A Caixa desenvolveu instrumentos para identificar as necessidades específicas e avaliar a exposição ao risco e práticas de gerenciamento dos clientes dependendo do setor agrícola e da região.
- O banco publica relatórios com diretrizes socioambientais para clientes de cinco setores: construção civil, energia, agricultura, florestas plantadas e pecuária. Os últimos três relatórios incluem regularização fundiária e ambiental, emissão de gases de efeito estufa, desmatamento, erosão do solo, consumo de água, conflitos por terras, direitos de comunidades locais e saúde e segurança do trabalho.
- A verificação de conformidades usada pelo banco inclui licenças ambientais, outorgas de uso de água e revisão da lista suja do Ministério do Trabalho e áreas embargadas pelo Ibama.

Sicredi

Categoria: Banco Múltiplo

Propriedade: corporativa de crédito

Sede: Brasil

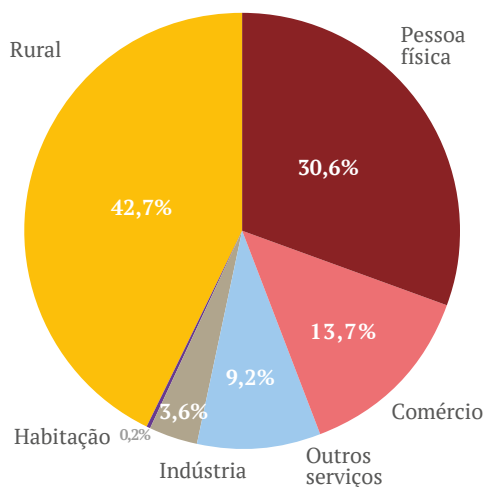
nº de funcionários: 23.393

nº de filiais: 1.394 em 11 estados

Ativos totais: R\$ 3,9 bilhões (jun/2016)



Participação de diferentes setores na carteira de crédito do Sicredi (2017)



71

Gerenciamento de riscos socioambientais

- A análise socioambiental das operações agrícolas do Sicredi é realizada por funcionários das áreas de risco de crédito e da área rural na sede da instituição, somados aos especialistas em crédito rural das filiais locais.
- Para determinar o nível de risco ambiental do cliente, o Sicredi exige documentos indicando conformidade com a legislação ambiental, como licenças e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de usar questionários socioambientais.
- Para operações maiores, há um questionário específico e mais detalhado, com intuito de melhor avaliação à exposição do cliente ao risco e práticas de gerenciamento. O limite para aplicação do questionário simplificado ou mais detalhado é determinado de acordo com a região.
- Esses questionários podem ser usados em operações menores, dependendo da decisão do especialista em crédito rural. De fato, 40% dos questionários aplicados em 2016 foram relacionados a desembolsos de volumes pequenos. Dado que, como uma cooperativa de crédito, a instituição lida com produtores menores, uma parte importante do total de operações são efetivamente analisadas por meio dessa ferramenta.
- O Sicredi estabelece limites financeiros restritos a operações em setores de alto impacto em biomas sensíveis, como madeira no Cerrado.

Sicoob

Categoria: Banco Múltiplo

Propriedade: corporativa de crédito

Sede: Brasil

nº de funcionários: 37.700

nº de pontos de atendimento: 2.697 em 13 estados

Ativos totais: R\$ 90,3 bilhões (2017)



Gerenciamento de riscos socioambientais

- As linhas de crédito do Sicoob observam o risco socioambiental, especialmente em transações de crédito rural.
- As bases de sua Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) são o trabalho de forma ética, interesse pela comunidade, busca pelo desenvolvimento local e inclusão financeira para democratização do acesso a serviços e produtos financeiros – compatível com o sétimo princípio do corporativismo.
- O Sicoob incentiva o treinamento de seus funcionários para o gerenciamento de riscos socioambientais.
- Suas entidades podem ter procedimentos socioambientais adicionais, que complementam sua PRSA.
- Os mecanismos e salvaguardas efetivos do Sicoob não são divulgados.

Bradesco

Categoria: Banco Múltiplo

Propriedade: privado

Sede: Brasil

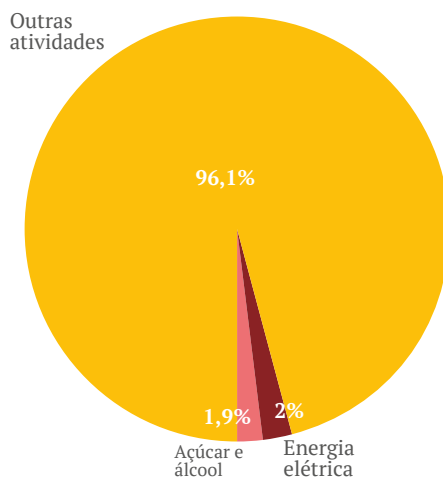
nº de funcionários: 98.000

nº de filiais: 4.700 em todos os estados

Ativos totais: R\$ 1,298 bilhão (Dez/2017)



Participação de diferentes setores na carteira de crédito do Bradesco (2017)



73

Gerenciamento de riscos socioambientais

- O banco possui um time especializado em questões socioambientais inseridas no risco de crédito. O nível de risco aceitável para a instituição é definido em um comitê executivo, que reporta diretamente ao conselho a cada três meses.
- O Bradesco não conta com políticas específicas para biomas ou setores, mas trabalha com limites que variam dependendo da localização, sensibilidade do bioma e risco ambiental do setor do cliente. A localização e o risco do setor definem o nível de *Due Diligence* e os documentos a serem exigidos.
- O banco possui checklists específicos para os setores de soja e pecuária.
- A instituição destaca que o objetivo de seu sistema de gerenciamento socioambiental é o trabalho junto ao produtor para a definição de ações e a viabilização da operação. Por esse motivo, o banco emprega agrônomos para realizar visitas técnicas e avaliar a qualidade de gestão ambiental do produtor.
- O Bradesco desenvolveu sistemas para melhor avaliação e monitoramento de seus clientes, incluindo georreferenciamento. Essa ferramenta é particularmente importante para avaliar a ocorrência de desmatamento.

Itaú

Categoria: Banco Múltiplo

Propriedade: privado

Sede: Brasil

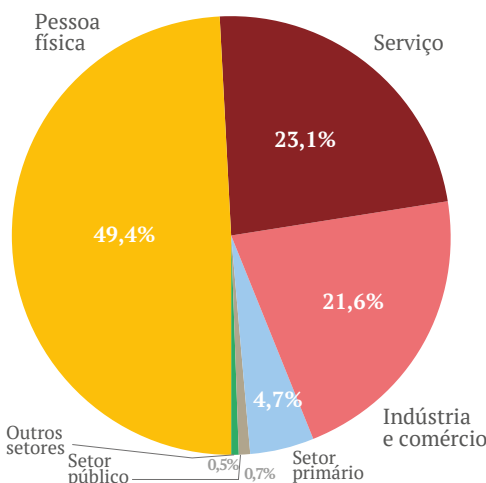
nº de funcionários: 99.332 (globalmente)

nº de filiais: 4.981

Ativos totais: R\$ 1,369 bilhão (2017)



Participação de diferentes setores na carteira de crédito do Itaú (2017)



74

Gerenciamento de riscos socioambientais

- Na safra 2016/2017, o Itaú desembolsou R\$ 11 bilhões em operações de crédito rural, considerando custeio, investimento e comercialização. Nesse período, foi o segundo maior banco privado em participação em volume financeiro do crédito rural, atrás apenas do Bradesco.
- O Itaú não realiza operações de crédito com empresas que possuem práticas adicionadas em sua lista proibida, que inclui: trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil em desconformidade com a legislação e incentivo à prostituição.
- Além da lista proibida, o banco também faz uso de uma lista restritiva. Empresas que realizam atividades dessa lista têm uma análise de risco socioambiental realizada sob diretrizes específicas.
- O banco conta com equipes multidisciplinares em suas Unidades de Risco Socioambiental para realização das análises, que incluem engenheiros, biólogos, geógrafos, economistas, gestores ambientais e advogados. A capacitação de funcionários da área de crédito também ocorre nesse sentido. Em 2015, 85% dos funcionários da área de crédito foram treinados em relação a riscos socioambientais.
- A gestora de ativos do banco (Itaú Asset Manager) é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) desde 2008, incorporando, portanto, aspectos ASG em suas definições de investimentos. Além disso, a sua gestora também é signatária investidora do Carbon Disclosure Project (CDP).

Rabobank

Categoria: Banco Múltiplo

Propriedade: privada

Sede: Holanda

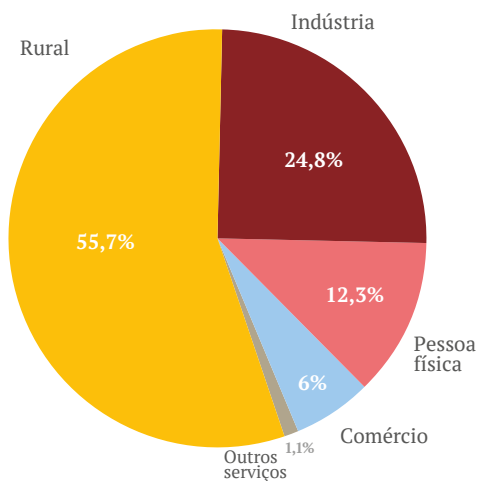
nº de funcionários: 50.000 (globalmente)

nº de filiais: 16 em sete estados e Distrito Federal

Ativos totais: R\$ 2,803,95 bilhões¹⁸ (dez/2017)



Participação de diferentes setores na carteira de crédito do Rabobank (2017)



75

Gerenciamento de riscos socioambientais

- A instituição desenvolveu uma Política de Responsabilidade Socioambiental na qual são definidas 15 questões que impedem a concessão de crédito, como crescimento de desmatamento ilegal após 2005, a não conformidade com a regulação rural brasileira de saúde e segurança e pesticidas, a violação dos padrões da Organização Internacional do Trabalho, e a sobreposição com territórios indígenas, quilombolas ou de conservação.
- Até o desmatamento legal após 2012/2013 é considerado um impedimento para o banco, que não quer se associar a essa prática.
- O banco criou um manual de melhores práticas socioambientais no agronegócio. As legislações ambiental e trabalhista são explicadas em detalhes para os clientes e diretrizes para autodiagnóstico da capacidade do produtor de gerenciar essas questões estão incluídas. O manual também inclui os custos da não conformidade e um plano de ação para identificar prioridades de acordo com a avaliação do produtor.
- O Rabobank tem uma metodologia socioambiental abrangente, que inclui: visitas técnicas realizadas por agrônomos de suas filiais locais, uso de questionários sociais e ambientais e a definição de uma pontuação socioambiental, que baseia a aprovação pelo setor responsável na sede da instituição.
- O Rabobank participa do RTRS como um dos membros do Comitê Executivo.

FLUXOS
FINANCEIROS
**PARA A PECUÁRIA
NA AMAZONIA
LEGAL**

¹⁸ A cotação do euro considerada para a conversão foi a do dia 3 de dezembro de 2019

Santander Brasil

Categoria: Banco múltiplo

Propriedade: privada

Sede: Brasil

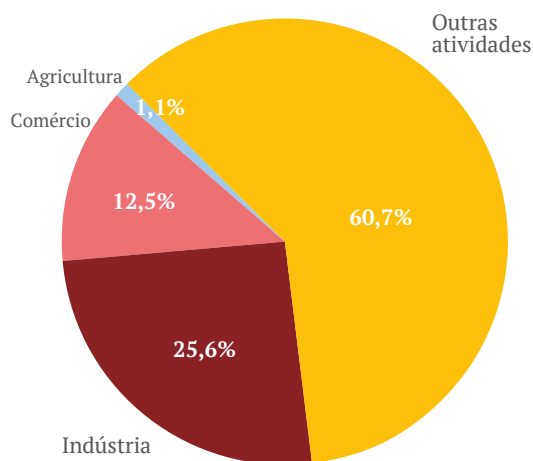
nº de funcionários: 53.848

nº de filiais: 3.466 em todos os estados

Ativos totais: R\$ 683,7 bilhões (dez/2017)



Participação de diferentes setores na carteira de crédito do Santander (2017)



76

Gerenciamento de riscos socioambientais

- A política de responsabilidade socioambiental do Santander destaca o comprometimento com o incentivo a empreendimentos sustentáveis. O banco oferece linhas de crédito rural especializadas para clientes que buscam implementar técnicas de plantio menos impactantes.
- A instituição possui um time de agrônomos responsáveis pela análise das necessidades de fluxo de caixa do produtor, as condições da área de produção, os métodos de colheita e os programas de financiamento mais adequados.
- O banco demanda uma série de requisitos ambientais para prover o crédito, como licenças, outorgas de uso de água e o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O banco dá assistência aos seus clientes para regularizar sua situação e cumprir com a legislação social e ambiental.
- O Santander tem um setor dedicado à análise de riscos socioambientais, a partir de pedidos da área comercial. Agricultura e pecuária são setores prioritários e têm uma avaliação mais aprofundada, que inclui visitas técnicas, revisão de documentos e verificação de antecedentes. A pontuação do cliente determina as ações a serem tomadas e apoia a decisão do comitê de crédito.
- Em 2015, a instituição concedeu R\$ 860,8 milhões para linhas de crédito de agricultura de baixo carbono e assinou uma parceria com a Bayer CropScience para oferecer descontos em consultoria para seus clientes.
- O banco é participante do RTRS.

Anexo III

Perfil das principais empresas do setor

JBS

Propriedade: privada

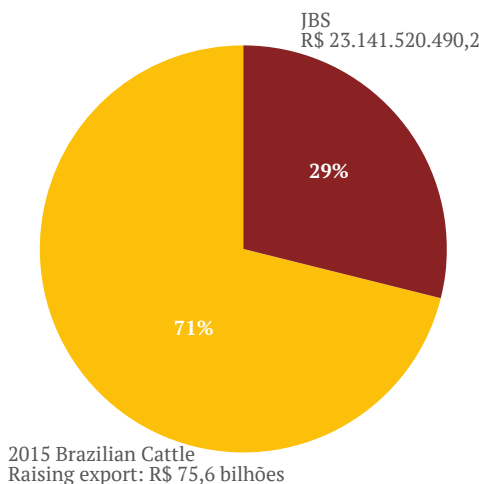
Sede: Brasil

nº de funcionários: 235.000 (2017)

Receita líquida: R\$ 163,2 bilhões (2017)



Market share de exportação no Brasil - 2016



A cotação do dólar considerada para a conversão foi a do dia 3 de dezembro de 2019

77

Gerenciamento de riscos socioambientais

- A JBS monitora os riscos sociais e ambientais contidos em sua cadeia de fornecimento. De acordo com a empresa, os maiores riscos estão na aquisição de matéria-prima de fornecedores envolvidos em desmatamento de vegetação nativa, invasão de áreas indígenas ou unidades de conservação e o uso de trabalho escravo ou infantil. A companhia diz que não compra animais provenientes de fazendas envolvidas com essas questões.
- Para garantir a origem de sua matéria-prima, a JBS desenvolveu, em 2010, um sistema de monitoramento social e ambiental para seus fornecedores para identificar os que não cumprem a legislação. O sistema usa imagens de satélite e mapas georreferenciados, dados de desmatamento do Inpe e informações de órgãos públicos, como o Ibama.
- A empresa participa do Global Roundtable for Sustainable Beef (GRSB), do Sustainable Livestock Working Group (GTPS).
- Em 2009, a empresa assinou o compromisso público da pecuária na Amazônia, criado pelo Greenpeace em 2009, a fim de impedir o desmatamento na região. Para cumprir com os termos estipulados pelo Greenpeace, a JBS contratou uma companhia de geomonitoramento para detectar desmatamento por meio de imagens de satélite. A empresa também fiscaliza áreas embargadas pelo Ibama, existência de trabalho compulsório ou degradante e invasão de terras indígenas e de áreas protegidas.

FLUXOS
FINANCEIROS
**PARA A PECUÁRIA
NA AMAZÔNIA
LEGAL**

BRF

Propriedade: privada

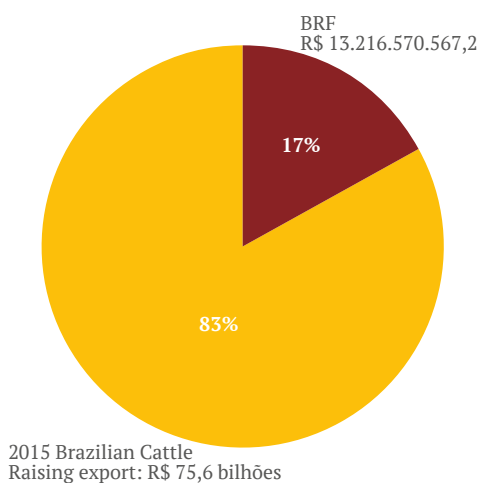
Sede: Brasil

nº de funcionários: 105.408 (2017)

Receita líquida: R\$ 33,4 bilhões (2017)



Market share de exportação no Brasil - 2015



A cotação do dólar considerada para a conversão foi a do dia 3 de dezembro de 2019

78 Gerenciamento de riscos socioambientais

- O Código de Conduta para fornecedores da BRF ressalta a importância do gerenciamento ambiental. A companhia reporta que fornecedores devem cumprir com a regulação ambiental relativa a licenças, outorgas de uso de água, gerenciamento de resíduos sólidos e controle de emissões gasosas.
- A empresa desenvolve um programa de monitoramento de cadeia, no qual auditorias são realizadas e seu Código de Conduta para fornecedores é disseminado.
- A BRF, iniciou um projeto para o desenvolvimento de contratos sustentáveis. A empresa consulta bases de dados públicas para rastrear seus fornecedores que não cumprem com os padrões socioambientais da empresa. A cada duas semanas, a BRF revê as listas sujas do Ibama e do MTE e o Portal da Transparência.
- A empresa identifica pontos críticos para a provisão de aconselhamento e treinamento específicos para fornecedores sobre saúde e segurança, recursos humanos e finanças. Indicadores são definidos e monitorados mensalmente.

Minerva Foods

Propriedade: privada

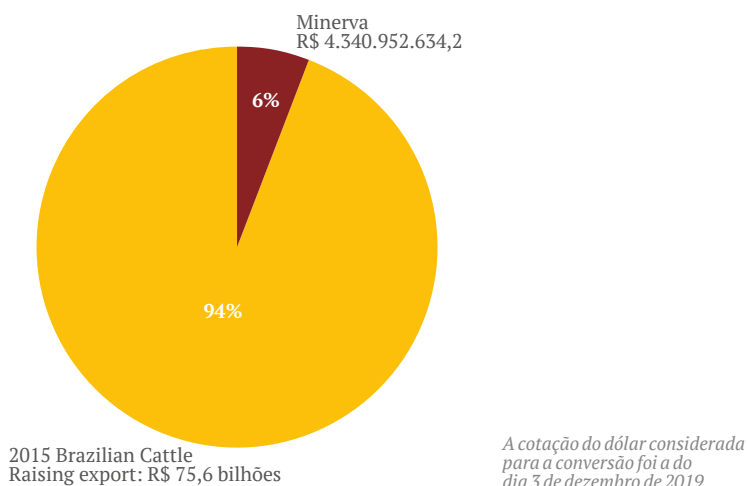
Sede: Brasil

nº de funcionários: 18.059 (2017)

Receita líquida: R\$ 14 bilhões (2017)

Minerva Foods

Market share de exportação no Brasil - 2015



Gerenciamento de riscos socioambientais

- A Minerva está comprometida com a origem responsável do gado. A empresa tem dois sistemas para gerenciamento e operacionalização da aquisição de matéria-prima. O primeiro está relacionado ao registro de fornecedores. O segundo lida com gestão da compra.
- Em 2009, a empresa assinou o compromisso público da pecuária na Amazônia, criado pelo Greenpeace em 2009, a fim de impedir o desmatamento na região. Para cumprir com os termos estipulados pelo Greenpeace, a Minerva contratou uma companhia de geomonitoramento para detectar desmatamento por meio de imagens de satélite. A empresa também fiscaliza áreas embargadas pelo Ibama, existência de trabalho compulsório ou degradante e invasão de terras indígenas e de áreas protegidas.
- A Minerva participa do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS).

79

Marfrig

Propriedade: privada

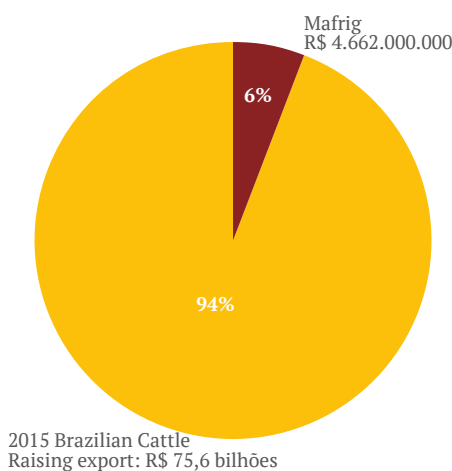
Sede: Brasil

nº de funcionários: 33.000 (2017)

Receita líquida: R\$ 19 bilhões (2017)



Market share de exportação no Brasil - 2015



A cotação do dólar considerada para a conversão foi a do dia 3 de dezembro de 2019

80

Gerenciamento de riscos socioambientais

- Em 2009, a Marfrig assinou o Minimum Criteria for Cattle Operations and Beef Products on an Industrial Scale in the Amazon Biome, compromisso público criado pelo Greenpeace para parar o desmatamento na Amazônia. A empresa usa de tecnologia geoespecial e de assistência técnica para promover as melhores práticas na compra de gado na Amazônia.
- Em 2012, a empresa iniciou uma parceria com a Rainforest Alliance. Sua unidade em Tangará da Serra (Mato Grosso) foi a primeira planta industrial de alimentos a receber certificação de garantia de sustentabilidade econômica, social e ambiental para produtos agrícolas e florestais.
- A Marfrig também participa do Tropical Forest Alliance, aliança público-privada global com o compromisso de alcançar o desmatamento líquido zero nas cadeias produtivas da carne, óleo de palma, soja e papel e celulose até 2020.
- A empresa tem parceria com o Walmart e The Nature Conservancy (TNC) para apoiar a regularização de produtores de São Félix do Xingu e Tucumã (ambos no Pará). A empresa fornece assistência técnica a produtores para ganho de produtividade e rentabilidade sem desmatamento.

Anexo IV

Metodologia de estimativa dos fluxos financeiros e perfil dos estados

A partir das regiões prioritárias, extrapolamos as estimativas de fluxo financeiro para outros estados da Amazônia. Como o perfil de financiamento encontrado para as duas regiões prioritárias foi considerado o mesmo, ele será extrapolado para a Amazônia Legal como um todo. A classificação estadual aqui realizada será, portanto, para melhor compreensão territorial da pecuária. Caso surjam novos dados secundários referentes a outros perfis de financiamento, que permitam uma distinção mais clara entre a dinâmica financeira dessas regiões, a metodologia aqui aplicada poderá ser aprimorada, tornando-se mais exata e precisa. O volume de financiamento total destinado à criação de gado bovino na última safra disponível (2017/18) foi calculado a partir dos dados da base de dados do crédito rural do Banco Central.

Em geral, há falta de informações sobre a origem dos financiamentos recebidos pelos produtores, especialmente nos estados não pertencentes a nenhuma das regiões prioritárias. Esse fato se intensifica pelo efetivo reduzido em diversas partes da Amazônia Legal. Dessa forma, para superar a falta de informações, será realizada uma extrapolação entre o perfil de financiamento das RP, e os outros estados da região. Para tanto, as regiões prioritárias foram usadas como *proxies*.

81

Alinhamento dos estados da Amazônia Legal com os perfis produtivos das regiões prioritárias

Acre

A pecuária começou a crescer significativamente no Acre a partir da falência dos seringais na década de 1970. Por conta do baixo preço de terras e do solo naturalmente rico, investidores de outras regiões do Brasil começaram a desenvolver a pecuária extensiva no estado, que ocasionou conflitos por terra na época (VILELA, 2012). Atualmente, a pecuária de corte é a principal atividade agropecuária realizada no Acre, com maior expressão econômica. A produção no Acre tem um grande apoio da Embrapa e as taxas de lotação do estado como um todo são exemplos para outras locali-

dades. Ainda assim, há muitos pequenos produtores que realizam a produção de forma tradicional, com baixos índices zootécnicos¹⁹.

A evolução da criação de gado bovino está demonstrada na tabela 5 (Soares-Filho, 2013; Valentim, 2006). A intensificação da pecuária no estado veio acompanhada de uma redução no desmatamento, que chegou a 34% das áreas de vegetação natural entre 2016 e 2017 (Inpe, 2017). Dessa forma, apesar de possuir um rebanho bovino relativamente pequeno, a produção no Acre está mais alinhada com uma produção consolidada, como na Região Prioritária 1.

Tabela 5. Produção, rebanho e intensidade da produção do Acre (2004-2014). Fonte: IBGE PPM (2019) e TerraClass (2018).						
Categoria	2004	2008	2010	2012	2014	Variação 2004-2014
Cabeças de gado (milhões)	2,12	2,47	2,64	2,69	2,86	35%
Área com pastagens (milhões ha)	1,30	1,30	1,33	1,42	1,52	16%
Taxa de lotação (cabeças/ha)	1,63	1,90	1,99	1,89	1,89	16%

Amapá

82

O rebanho bovino localizado no Amapá ainda é considerado pequeno em comparação com outros estados produtivos e atingiu 67 mil cabeças em 2017. Um dos grandes entraves para o crescimento da produção no estado era o risco de febre aftosa, que só foi superado em 2018, mas ainda sem certificação internacional. A evolução do número de cabeças, área com pastagens e taxa de lotação está apresentado na tabela 6 (Amapá, 2018).

Tabela 6. Produção, rebanho e intensidade da produção do Amapá (2004-2014). Fonte: IBGE/Sidra PPM (2018) e TerraClass (2018).						
Categoria	2004	2008	2010	2012	2014	Variação 2004-2014
Cabeças de gado	82.243	95.803	114.773	142.825	167.529	104%
Área com pastagens (ha)	32.194	84.610	53.208	28.312	68.865	114%
Taxa de lotação (cabeças/ha)	2,55	1,13	2,16	5,04	2,43	-5%

A produção de carne vermelha no estado não é suficiente para atender a sua demanda, de maneira que 50% da carne lá consumida é importada. O foco da produção pecuária no estado é voltado para búfalos, com o segundo maior rebanho bubalino do país, diferente do cenário dos outros estados da Amazônia Legal, que têm seu foco em bovinos. Apenas 12% de todas as propriedades rurais do estado criam gado bovino (G1, 2017; Embrapa, 2015).

¹⁹ Índices zootécnicos indicam de forma numérica o desempenho da produção pecuária, a partir da utilização de diversos parâmetros (dados produtivos).

O estado conta com solo fértil, condições climáticas favoráveis e localização estratégica. Dessa forma, há perspectiva de crescimento na criação de gado bovino, alinhando o Amapá com uma dinâmica produtiva em expansão, como é visto na Região Prioritária 2. As grandes variações encontradas nas áreas de pastagem e aumento expressivo do rebanho reforçam essa visão de estado ainda por se consolidar na produção bovina.

Maranhão

A bovinocultura vem crescendo e se estabelecendo no Maranhão, com cerca de 90% das cabeças destinadas à pecuária de corte. Atualmente, o estado tem o segundo maior rebanho bovino do Nordeste, atrás apenas da Bahia. A evolução da criação de gado bovino no Maranhão está demonstrada na tabela 7 (IBGE, 2018; Faema/Senar, 2016; Soares-Filho et al, 2013).

Tabela 7. Produção, rebanho e intensidade da produção do Maranhão (2004-2014). Fonte: IBGE/Sidra PPM (2018) e TerraClass (2018).						
Categoria	2004	2008	2010	2012	2014	Variação 2004-2014
Cabeças de gado (milhões)	5,88	6,76	6,93	7,44	7,70	31%
Área com pastagens (milhões ha)	5,39	4,70	5,94	5,77	6,50	21%
Taxa de lotação (cabeças/ha)	1,09	1,44	1,17	1,29	1,19	9%

O estado é reconhecido como zona livre da febre aftosa pela Organização Mundial de Saúde Animal, a partir da vacinação do gado e, em 2016, o Porto do Itaqui (MA) iniciou a exportação de gado vivo, facilitando a exportação dos bovinos maranhenses (Governo do Maranhão, 2016). Com o crescimento dos rebanhos abaixo da ampliação das áreas de pastagem, é possível considerar a produção no Maranhão consolidada. O estado está, portanto, alinhado com a dinâmica de produção pecuária da Região Prioritária 1.

Roraima

A pecuária é uma das principais atividades econômicas realizadas em Roraima; porém, a produção não apresenta condições fitossanitárias adequadas, e o estado ainda é considerado como de risco para a febre aftosa. A evolução da pecuária nos últimos dez anos está demonstrada na tabela 8.

Tabela 8. Produção, rebanho e intensidade da produção de Roraima (2004-2014).
Fonte: IBGE/Sidra PPM (2018) e TerraClass (2018).

Categoria	2004	2008	2010	2012	2014	Variação 2004-2014
Cabeças de gado (milhões)	0,46	0,48	0,58	0,69	0,74	60%
Área com pastagens (milhões ha)	0,46	0,45	0,42	0,35	0,52	12%
Taxa de lotação (cabeças/ha)	0,99	1,06	1,37	1,94	1,42	43%

Um dos gargalos para o crescimento da produção no estado é a falta de capacidade para abate, pois o abatedouro estadual não possui amplitude para atender à demanda. Na tentativa de sanar o problema, um grupo de pecuaristas investiu R\$ 30 milhões, em 2010, para a construção do maior frigorífico do estado, com capacidade de abate de 300 cabeças por dia. O empreendimento iniciou suas operações em 2016, porém, desde então, já foi interditado duas vezes por irregularidades estruturais e sanitárias (Canal Rural, 2016). Dessa forma, Roraima apresenta condições de produção ainda precárias, mas com grande perspectiva de crescimento, ligando-o a uma dinâmica produtiva em expansão. Assim, o estado está alinhado com a Região Prioritária 2.

Tocantins

84

O Tocantins é um estado com tradição na criação de gado bovino, com rebanho atual de 8,75 milhões de cabeças. O estado foi considerado livre da febre aftosa há 18 anos, com 99% de seu rebanho vacinado. A evolução da criação de gado bovino no estado está demonstrada na tabela 9 (Seagro, 2015). A criação de gado em confinamento vem ganhando destaque no estado, com crescimento de 500% entre 2016 e 2017. Um dos motivos para esse crescimento foi a queda no preço do milho, um dos principais ingredientes da ração animal utilizada em sistemas de confinamento (G1, 2017). A produção de gado bovino no Tocantins já se encontra estabelecida, com uma dinâmica produtiva consolidada. Dessa forma, o estado está mais alinhado à Região Prioritária 1.

Tabela 9. Produção, rebanho e intensidade da produção de Tocantins (2004-2014).
Fonte: IBGE/Sidra PPM (2018) e TerraClass (2018).

Categoria	2004	2008	2010	2012	2014	Variação 2004-2014
Cabeças de gado (milhões)	8,08	7,53	8,13	8,20	8,18	1%
Área com pastagens (milhões ha)	2,51	2,23	2,24	2,28	2,31	-8%
Taxa de lotação (cabeças/ha)	3,22	3,37	3,63	3,59	3,54	10%

